

Revisão do PDM da Covilhã

Listagem de pareceres emitidos na fase de acompanhamento – identificação dos interesses a salvaguardar, por ordem de submissão na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial – PCGT:

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes – IMT;
- Turismo de Portugal – TdP;
- Infraestruturas de Portugal – IP;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDR Centro;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF;
- Direção Geral de Energia e Geologia – DGEG;
- Autoridade Nacional de Comunicações – ANACOM;
- Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra – CMPS;
- Direção Regional de Cultura do Centro – DRCC (via email);

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSES ESPECÍFICOS A SALVAGUARDAR NO ÂMBITO DAS ATRIBUIÇÕES DO IMT E DAS POLÍTICAS SECTORIAIS A PROSSEGUIR, NA ANÁLISE DOS PDM

(n.º 4 do artigo 5.º e n.º 2 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro)

I. Enquadramento

Os Planos Directores Municipais revestem-se de uma importância estratégica para a gestão urbanística dos municípios. Muitas decisões urbanísticas determinam de forma decisiva as características da mobilidade associada às deslocações urbanas para acesso aos locais de residência, emprego, lazer e a bens e serviços. Territórios urbanizados extensivos e de baixa densidade, localizações excêntricas de polos geradores e atractores de deslocações, por exemplo, promovem deslocações em modos motorizados e principalmente em automóvel individual.

Os dados dos recenseamentos de 2001 e 2011 revelam um panorama nacional preocupante no que se refere à evolução da repartição modal nas deslocações pendulares, numa perspetiva de sustentabilidade da mobilidade. Neste contexto impõe-se uma maior articulação entre o ordenamento do território, as acessibilidades e os transportes visando promover condições de mobilidade mais sustentável.

O conceito de mobilidade sustentável, cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da UE, pressupõe que as pessoas disponham de condições que proporcionem deslocações com segurança e conforto, em tempos e com custos aceitáveis e com maior eficiência energética e menores impactes ambientais.

O sistema de transportes deverá assim orientar-se por três objetivos principais:

- Conter a utilização do automóvel individual;
- Incentivar a utilização de transportes públicos;
- Incrementar o uso dos modos suaves no sistema de transportes.

Os concelhos apresentam especificidades que são determinantes na abordagem e na definição do modelo de acessibilidades, transportes e mobilidade. Existe uma diversidade de estruturas urbanas que justifica a adoção de medidas adaptadas a cada realidade.

Há que considerar a especificidade das estruturas rurais de pequena dimensão, das áreas suburbanas e dos espaços periurbanos, das estruturas urbanas densificadas ou dos corredores urbanos com concentração de atividades, na definição de estratégias e soluções diversificadas e ajustadas aos diferentes contextos demográficos e territoriais.

Em 2011, o IMTT definiu uma estratégia para a mobilidade sustentável através de um quadro de referência para a abordagem das questões relacionadas com o território, as acessibilidades, os transportes e a mobilidade, consubstanciado num conjunto de documentos enquadradores que designou de **“Pacote da Mobilidade”**¹.

Dos elementos que constituem o Pacote da Mobilidade destaca-se o **“Guião Orientador para a Abordagem dos Transportes nos Planos Municipais de Ordenamento do Território”**. Trata-se de um documento que tem como objetivo apoiar a elaboração, alteração ou revisão dos Planos, focando-se na temática da relação dos transportes e uso do solo, isto é, das acessibilidades e funções urbanas que determinam e proporcionam a deslocação no espaço, de pessoas e bens. Orientado por um conjunto de questões prioritárias a abordar nos PMOT, visa sensibilizar políticos, decisores e técnicos para a promoção de uma mobilidade sustentável ao nível do planeamento e gestão territorial.

A produção deste Guião, inscreve-se na perspetiva do seu contributo para a concretização das orientações estratégicas nacionais em matéria de políticas de ordenamento do território e respetiva integração com os transportes, expressas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

¹ Elementos que constituem o PACOTE DA MOBILIDADE:

- DIRECTRIZES NACIONAIS PARA A MOBILIDADE
- **GUIÃO ORIENTADOR – ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE E TRANSPORTES NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PDM, PU E PP)**
- GUIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES
- COLECÇÃO DE BROCHURAS TÉCNICAS/TEMÁTICAS de apoio à elaboração de PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES²
- GUIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE EMPRESAS E PÓLOS (Geradores e Atractores de deslocações)

Disponíveis no endereço eletrónico: <http://server109.webhostingbuzz.com/~transpor/conferenciamobilidade/tema2.php>

II. Orientações Estratégicas para a abordagem das questões relacionadas com o território, as acessibilidades, os transportes e a mobilidade

Complementarmente ao referido Guião, e no sentido de se transmitir as principais preocupações que nortearão o âmbito e o conteúdo dos pareceres a emitir pelo IMT, I.P., no acompanhamento da elaboração dos PMOT, definiu-se um conjunto de **“Linhas orientadoras e questões essenciais”**, expressas em VI PARTES, cuja consideração nos trabalhos a desenvolver se recomenda, e que a seguir se discriminam:

PARTE I

ESTRATÉGIA — Modelo Territorial e Articulação com as Acessibilidades, Transportes e Mobilidade

a. Adesão da proposta de estruturação territorial ao enquadramento regional e sub-regional do PNPT e PROT:

- *A nível concelhio – distribuição populacional, nucleações e polinucleações urbanas, centralidades;*
- *A nível dos principais aglomerados urbanos – avaliação da intensidade e densidade de uso, controlo da expansão urbana versus compactação, estruturação de territórios fragmentados na periferia dos aglomerados urbanos.*

Requer-se indicação da forma como o PROT nas suas principais orientações, se reflete ao nível do modelo territorial adotado.

b. Consideração de aspetos relacionados com a evolução urbanística (áreas de expansão urbana, de reabilitação/renovação) e previsão de evolução populacional.

Requer-se neste ponto a apresentação de um quadro com as áreas abrangidas nos perímetros urbanos existentes e futuros e respetiva previsão de evolução da ocupação - número de fogos e postos de trabalho – acompanhada da sua espacialização, ainda que de forma esquemática.

c. Apresentação do conceito de acessibilidades, transportes e mobilidade em articulação com o modelo territorial.

Requer-se a identificação das infraestruturas e nós do sistema pesado de infraestruturação, a identificação dos modos de transportes existentes e previstos, a

consideração dos grandes projetos sectoriais programados para o sistema de transportes (rede viária, rede ferroviária, instalações portuárias e logísticas, etc.), elementos estruturantes sobre os quais deve assentar o conceito de acessibilidades, transportes e mobilidade e o modelo territorial.

Na fase de diagnóstico deverão ser caracterizadas as redes (e projetos existentes), a conectividade que estabelecem no território, as características físicas e funcionais da rede estruturante, as principais “patologias” (ex.: descontinuidade de perfil, estrangulamentos, pontos críticos de congestionamento e de conflito) e, sobretudo, analisar as condições de acessibilidade proporcionadas entre as principais áreas de atração/geração de tráfego.

Deve incluir-se uma avaliação crítica da probabilidade de realização de investimentos públicos estruturantes no sistema de acessibilidades e transportes (nos casos aplicáveis), no período de vigência do Plano, recomendando-se que fique prevista uma reavaliação, no curto /médio prazos, dos efeitos sobre a eficácia do PDM de eventuais adiamentos ou mesmo abandono de opções de investimento, da responsabilidade da Administração Central, caso se venham a verificar entretanto.

Requer-se uma avaliação (ainda que qualitativa) das condições de mobilidade proporcionada e a proporcionar pelo sistema de acessibilidades (infraestruturas e serviço de transportes), considerando:

- *As ligações:*
 - . *Entre núcleos urbanos;*
 - . *No interior dos principais núcleos urbanos, entre os principais polos geradores e atractores de deslocações e entre estes e as suas periferias (espaço periurbano);*
 - . *No espaço rural e entre este e os núcleos urbanos polarizadores;*
- *A evolução proposta para o sistema de transportes:*
 - . *Novos meios de transporte;*
 - . *Novas redes e serviços de modos já existentes;*
 - . *Condições para a intermodalidade (integração de modos);*

. Política de estacionamento nos principais centros urbanos, nomeadamente do ponto de vista da localização, de áreas tarifadas, de parques dissuasores.

Recomenda-se a indicação expressa da articulação do modelo territorial com as acessibilidades, transportes e mobilidade.

Idealmente deverá efetuar-se a análise da acessibilidade proporcionada pelas redes existentes e propostas (em distância ou tempo) e a consequente identificação de áreas de maior acessibilidade (real ou potencial) na sua relação com a ocupação e uso do território.

d. Adequação da abordagem feita no PDM das acessibilidades e sistema de transportes, face aos objetivos de promoção de uma mobilidade mais sustentável em que se procura:

Reduzir as distâncias de deslocação de pessoas e bens e a utilização do transporte individual, promovendo as deslocações multimodais e a racionalização da distribuição urbana – pressupõe, nomeadamente, a contenção da expansão das áreas urbanas, a promoção da diversidade dos usos de solo em áreas urbanas (evitando as áreas monofuncionais) e a estruturação de territórios fragmentados

e. Avaliação do relacionamento das opções tomadas com a localização de atividades geradoras de emprego ou fluxos de tráfego significativos (trabalhadores, utilizadores, visitantes, fornecedores).

Requer-se a identificação na Planta de Ordenamento de grandes empresas e polos de emprego (edifícios ou áreas), existentes e previstos e avaliação das condições de acessibilidade a esses locais em Transporte Público e modos suaves. Recomenda-se em futuras instalações, localizações na proximidade dos principais nós do sistema de transportes ou em áreas com acesso a serviço de TP, garantindo-se (sempre que possível) uma acessibilidade baseada em TP e modos suaves. Analisar-se-á de que forma o Regulamento do Plano orienta a gestão urbanística, neste sentido.

f. Avaliação qualitativa da necessidade de desenvolvimento e otimização, de redes e serviços de transportes públicos, em função da ocupação territorial.

Deverão identificar-se redes de infraestruturas (devendo ponderar-se o recurso a canais para TP em sítio próprio), as suas funções e tipologias de serviços a

considerar para garantir condições de acessibilidade e de mobilidade. Recomenda-se, por exemplo, uma pré-avaliação qualitativa da eventual necessidade de novas linhas ou redes urbanas de transportes públicos rodoviários, nalgumas localidades, serviços de transportes flexíveis ou a pedido em espaços rurais ou periurbanos. Esta pré-avaliação pode aconselhar a realização de um estudo específico para análise e confirmação da sua adequação e viabilidade (a prever pelo PDM e a incluir no Programa de Execução).

g. Avaliação da existência de opções de carácter estratégico relacionadas com a circulação rodoviária em zonas sensíveis dos principais núcleos urbanos ou em eixos de atravessamento rodoviário de localidades.

Requer-se ainda a avaliação do ponto de vista da qualidade ambiental (ruído e emissões produzidas) – de propostas de implementação de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER) ou outras - e da segurança rodoviária tendo em conta, particularmente, os modos suaves - propostas de implementação de “zonas 30”, “zonas residenciais, mistas ou de coexistência”, de outras medidas de acalmia de tráfego, (redução da velocidade e intensidade), em geral.

As possíveis opções estratégicas, quando aplicáveis, deverão refletir-se em indicações para estudo e/ou implementação, nos instrumentos que integram o PDM - plantas, regulamento programa de execução - traduzindo um compromisso de implementação.

PARTE II

ACESSIBILIDADE, TRANSPORTES E MOBILIDADE

1. PLANO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

Recomenda-se a Inclusão no Relatório e Programa de Execução do PDM do compromisso de realização de um Plano de Mobilidade e Transportes (PMT), especialmente em concelhos com mais de 50000 habitantes, conforme previsto nas “Diretrizes Nacionais para a Mobilidade” inseridas no “Pacote da Mobilidade”.

2. REDE VIÁRIA - HIERARQUIZAÇÃO – Questões Essenciais

Adequação do modelo de rede viária adotado face à estrutura territorial alargada, à estrutura urbana nas principais cidades e à localização de centros de atividade.

Avaliação do nível de articulação da hierarquia estabelecida para a rede viária com a estrutura de ocupações urbanas e usos de solo envolventes.

Avaliação da forma como as funções acessibilidade, transporte e social são consideradas na hierarquia da rede proposta.

3. REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS - HIERARQUIZAÇÃO – Questões Essenciais

Inclusão de uma avaliação (ainda que qualitativa) do funcionamento do sistema de transportes públicos e da qualidade de resposta às necessidades de mobilidade das populações, em espaço rural e em espaço urbano e periurbano.

Inclusão de uma proposta de classificação em diversos níveis (hierarquia) da rede de TP.

Inclusão de proposta indicativa da realização de estudos ou de adoção de medidas para melhorar o serviço de TP (por exemplo através de linhas tipo expresso entre centros urbanos ou através de corredores de transporte dedicados dentro das principais cidades).

Inclusão no regulamento de disposições que salvaguardem uma gestão urbanística onde se valorize a integração dos transportes no projeto urbano (desenho de corredores, perfis viários, implantação de paragens de autocarros) contribuindo para aumentar o potencial da procura de transportes públicos e o uso de modos suaves. Definição de uma hierarquia para as interfaces de transportes (existentes e a prever).

Inclusão, em todos os concelhos, duma avaliação (qualitativa geral) da qualidade das condições de intermodalidade, nas interfaces e terminais rodoviários (articulação física, horária e tarifária); caso se verifique haver necessidade de atuação, inclusão de proposta de estudo no programa de execução.

Avaliação das condições de localização, de funcionamento e de acolhimento dos passageiros nos terminais rodoviários de transportes, designados por Centros Coordenadores de Transportes ou Estações de Camionagem (ECC) e nos casos aplicáveis das condições de interface com o transporte ferroviário.

Inclusão de propostas de reformulação das infraestruturas existentes ou de criação de novas.

4. POLÍTICA DE ESTACIONAMENTO – Questões Essenciais

Definição de linhas programáticas para a política de estacionamento nos principais centros urbanos.

Distinção nesses centros urbanos dos parâmetros de estacionamento em áreas residenciais e em zonas comerciais e de concentração de serviços.

Proposta de medidas programáticas de contenção da oferta de estacionamento de longa duração em especial em locais bem servidos de transportes públicos (por exemplo, uso do preço como medida de gestão da procura nessas zonas, entre outras medidas).

Adoção de uma abordagem para o estacionamento de residentes caracterizando e identificando áreas de intervenção, prioridades e orientações para a gestão urbanística.

5. LOGÍSTICA URBANA - Questões Essenciais

Inclusão do tratamento da temática da logística urbana nos principais centros urbanos no que se refere à organização e infraestruturas logísticas e a eventuais restrições (no espaço e no tempo) ao tráfego de mercadorias, com indicação das medidas e instrumentos a adotar.

6. REDES DE MODOS SUAVES – Questões Essenciais

Definição de uma estratégia consistente de favorecimento dos modos suaves no PDM em geral e de desenvolvimento da utilização da bicicleta em particular.

Definição de uma estratégia de desenvolvimento da utilização da bicicleta associada à sua introdução como modo de transporte de uso quotidiano e complementar do TP e não circunscrita apenas ao lazer e às atividades desportivas, culturais, turísticas.

O tema da circulação pedonal e das redes pedonais ou da função pedonal do espaço público deve ser encarado como uma condição básica da acessibilidade urbana e da mobilidade das pessoas.

Deverão ser incluídas propostas de:

- . Uma rede de percursos pedonais estruturantes.*
- . Uma rede de percursos cicláveis estruturantes.*

PARTE III

INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS

1. Infraestruturas Rodoviárias

No que respeita às questões concretas sobre as infraestruturas rodoviárias e a articulação com os respetivos Programas Nacionais, a proposta do PDM deve garantir a observância do disposto no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de julho, retificado e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pela Lei nº 98/99, de 26 de julho (1ª alteração) e Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de agosto (2ª alteração).

O PRN define a constituição da Rede Rodoviária Nacional (RRN) formada pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar e integra ainda outra categoria de estradas denominadas “estradas regionais”, que se encontram identificadas na Lista V anexa àquele diploma, e que, nos termos estipulados no artigo 12.º, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN.

Assim, as referências à Rede Rodoviária Nacional (RRN) deverão respeitar a identificação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), designadamente:

- (i) Rede Nacional Fundamental [Itinerários Principais (IP)];
- (ii) Rede Nacional Complementar [Itinerários Complementares (IC) e Estradas Nacionais (EN)];
- (iii) Estradas Regionais.

De acordo com o estabelecido no artigo 13º do PRN, as estradas nacionais não incluídas no PRN, designadas por “estradas desclassificadas”, manter-se-ão sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP,S.A.) até à respetiva integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP,S.A. e a Câmara Municipal.

Os elementos do Plano devem fazer a distinção entre as estradas que se encontram desclassificadas mas que se mantêm sob jurisdição da IP,S.A. e as que já se encontram entregues ao respetivo município.

As disposições constantes no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, aplicam-se, conforme

previsto no artigo 2º, para além das estradas que integram a RRN, às estradas regionais (ER) e às estradas desclassificadas ainda não entregues aos municípios.

As zonas de servidão *non aedificandi* das referidas infraestruturas rodoviárias são as estabelecidas no artigo 32.º do EERRN.

De acordo com o definido no artigo 2º do EERRN, aos troços de ligação à rede rodoviária nacional em exploração à data da sua entrada em vigor [cf. n.º 2, alínea c)] aplica-se o disposto naquele Estatuto, designadamente o previsto no n.º 9 do artigo 32º que, para efeitos de aplicabilidade da zona de servidão *non aedificandi*, estipula que as ligações aos nós dos IP e dos IC são consideradas EN.

Tendo em conta que a escala da representação cartográfica das zonas de servidão *non aedificandi* nas peças desenhadas, em particular na Planta de Condicionantes, não permite uma leitura adequada, deve ser associada na legenda, relativamente a cada estrada, nó ou ramo de ligação à RRN, a remissão para as regras estabelecidas nas normas supra referidas e para o regulamento do PDM.

Nos termos do n.º 3, do artigo 50.º do EERRN, “nas estradas nacionais vedadas e com acessos condicionados, para além das ligações previstas nos respetivos projetos de execução, só são autorizadas novas ligações para melhorar a conexão entre estradas da Rede Rodoviária Nacional, para potenciar a função das vias que se pretendem interligar ou o estabelecimento de acessos necessários ao desenvolvimento de projetos de interesse nacional, como tal reconhecidos pelo Governo”, constituindo processos próprios que, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, “(...) carecem da aprovação do IMT,I.P., suportada em estudos técnicos fundamentados”.

O Plano deve também conter as referências sobre eventuais estudos ou projetos em curso referentes a infraestruturas rodoviárias de âmbito nacional.

2. Infraestruturas Ferroviárias

Em função das Linhas com exploração ferroviária existentes no território concelhio, assim como das linhas eventualmente desactivadas, os elementos constituintes do PDM têm de ter em consideração o regime de proteção da rede ferroviária em vigor, definido pelos seguintes diplomas:

- (i) DL n.º 276/2003, de 4 de Novembro, relativo ao domínio público ferroviário e em particular o estipulado nos artigos 15º e 16º relativos às zonas *non*

aedificandi associadas às linhas ferroviárias existentes, com ou sem exploração, e que integram o domínio público ferroviário (DPF);

- (ii) DL n.º 568/99, de 23 de Dezembro que aprovou o Regulamento de passagens de nível.

O Plano deverá conter a referência a eventuais estudos ou projetos de infraestruturas ferroviárias com incidência no território concelhio, segundo informação a prestar pela IP,S.A..

3. Ambiente sonoro

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, compete aos municípios, entre outras obrigações, estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas, e acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como zona sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes ou programadas.

Neste contexto, a espacialização da estratégia de desenvolvimento municipal deve salvaguardar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território na envolvente das infraestruturas de transporte existentes e previstas.

PARTE IV

Regulamento

O Regulamento deve traduzir os parâmetros a considerar no capítulo de Acessibilidades, Transportes e Mobilidade nas diversas vertentes.

Requerem-se orientações expressas para a gestão urbanística, no que se refere a:

- Hierarquia da Rede Viária, perfis transversais-tipo, velocidade, acessos laterais e tipologia de interseções;
- Hierarquia das Interfaces e condições de acesso na respetiva área de influência;
- Rede de percursos pedonais estruturantes e características técnicas;
- Rede de percursos cicláveis estruturantes e características técnicas;

- Parâmetros de Dimensionamento do Estacionamento – índices máximos e mínimos por fogo consoante a respetiva tipologia, por tipo de uso e em função da quantidade e qualidade da oferta de transporte coletivo existente em cada zona, bem como das necessidades de estacionamento, público e privado, que se verificam em cada zona;
- Regras para a futura localização de empresas e polos geradores e atratores de deslocações;
- Obrigatoriedade de realização de Estudos de Impacto de Tráfego e Transportes para os projetos/ empreendimentos de grande dimensão, mas também para os PU e PP, tendo em consideração não apenas as acessibilidades rodoviárias e a oferta de estacionamento, mas também as acessibilidades permitidas pela oferta de transporte coletivo, percursos pedonais e cicláveis, no sentido de assegurar padrões de mobilidade mais equilibrados.

PARTE V

Programa de execução

O programa de execução deve estabelecer a calendarização da execução das medidas apresentadas no relatório e se possível, incluir estimativas orçamentais e fontes de financiamento.

PARTE VI

Relatório ambiental

O IMT não integra o conjunto das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) consultadas no âmbito do procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), prevista no regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

No Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica que acompanha o procedimento de revisão do plano, importa saber se o município dispõe de qualquer Plano de Mobilidade e Transportes (PMT) e se estão previstos Objetivos Estratégicos (OE) para o vetor “Mobilidade e Transportes”, que possam incluir a participação do IMT, enquanto ERIP, nas fases subsequentes da AAE.

C/c CM Covilhã

À
CCDR CENTRO

V/ Ref.ª PCGT ID-164

N/ Ref.ª SAI/2020/23389/DVO/DEOT/FP
Proc.º DEOT - 14.01.9/279
20.10.2020

ASSUNTO: Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã – Elementos específicos do turismo relevantes para a elaboração da proposta

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Ex.ª sobre os seguintes aspetos específicos do turismo a considerar na elaboração da proposta de revisão do PDM da Covilhã:

1. Quadro de referência estratégico do turismo:

- a) A Estratégia para o Turismo 2027 (ET27), publicada em Diário da República através da RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, estabelece o referencial estratégico para o turismo em Portugal na próxima década, visando afirmar o turismo como uma atividade sustentável ao longo do ano e em todo o território, valorizadora dos recursos naturais de que Portugal dispõe e constituindo um contributo para a criação de emprego e de riqueza e para a promoção da coesão territorial e social. A ET 27 assenta em 5 eixos estratégicos, salientando-se em especial, face à sua relevância em termos de ordenamento turístico, os seguintes eixos e respetivas linhas estratégicas de atuação:
- Eixo 1 "Valorizar o Território e as Comunidades":
 - Conservar, valorizar e usufruir do património histórico-cultural e identitário;
 - Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais;
 - Afirmar o turismo na economia do mar;
 - Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação;
 - Promover a regeneração urbana das cidades e regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos;
 - Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística;
 - Eixo 2 "Impulsionar a Economia":
 - Atrair investimento e qualificar a oferta turística;
 - Estimular a economia circular no turismo;
 - Eixo 4 "Gerar Redes e Conectividade":
 - Melhorar os sistemas de mobilidade rodo-ferroviária e de navegabilidade.

Destacam-se com especial relevância as Metas estabelecidas relativas à dimensão ambiental, que visam assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente da energia e da água e promovem uma gestão eficiente dos resíduos.

A versão técnica da ET 27 encontra-se disponível em <https://www.turismodeportugal.pt> (Turismo em Portugal > Estratégia).

- b) A estratégia regional de desenvolvimento turístico e toda a informação relevante para o turismo estabelecida na proposta do PROT do Centro encontra-se sintetizada no documento "Ficha Síntese – PROT Centro", disponível em <https://www.turismodeportugal.pt> (Desenvolvimento e Apoio às Empresas > Planear e Iniciar > Ordenamento Turístico > O Turismo nos IGT).

2. Legislação específica do turismo mais relevante para a matéria em causa:

- a) Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho – regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (RJET).
- b) Portarias regulamentares do RJET:
 - Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 309/2015, de 25 de setembro, e respetiva Declaração de Retificação n.º 49/2015, de 2 de novembro – estabelece o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros e hotéis rurais, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos;
 - Portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro – estabelece os requisitos específicos para a instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo;
 - Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto – estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural;
 - Portaria n.º 261/2009, de 12 de março, alterada pela Portaria n.º 47/2012, de 20 de fevereiro, e pelo DL n.º 186/2015, de 3 de setembro – define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo ICNF, de empreendimentos de turismo de natureza;
 - Portaria n.º 358/2009, de 6 de abril – estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos;
 - Portaria n.º 518/2008, de 25 de junho – estabelece os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas de empreendimentos turísticos.
- c) Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto – estabelece o regime jurídico de exploração dos estabelecimentos de alojamento local.
- d) Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro (4.ª alteração ao RJET) - estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.
 - Portaria n.º 651/2009, de 12 de junho – define o Código de Conduta a adotar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam atividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica.

3. Disponibilização de informação para a caracterização da atividade turística:

- a) Oferta turística:
 - O *website* do Turismo de Portugal, I.P. disponibiliza a aplicação SIGTUR (<https://sigtur.turismodeportugal.pt>), que consiste num sistema de informação geográfica da oferta turística na *web*, a partir do qual poderá ser obtida informação georreferenciada sobre vários temas de negócio do turismo (alojamento turístico, equipamentos, infraestruturas e atividades turísticas, e ordenamento turístico)¹, bem como sobre vários temas territoriais (áreas administrativas, NUTS, áreas de proteção ambiental, áreas reconhecidas pela UNESCO, e áreas de intervenção de programas territoriais). Sublinha-se que o SIGTUR disponibiliza dados abertos, em formato *shapefile*, assim como Serviços WEB (WMS e WFS), sobre os temas de negócio do turismo.

No SIGTUR poderão ser visualizados de imediato os temas disponibilizados (clicar no ícone “*Lista de Temas*” no friso superior), ou proceder-se a vários tipos de pesquisa, a saber:

- “Pesquisa Simples”:
 - Por denominação (ex. denominação de um empreendimento turístico);

¹ A informação relativa ao alojamento turístico (empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local) e a algumas atividades turísticas (estabelecimentos de agentes de animação turística e balcões de agências de viagens e turismo) é obtida por sincronização diária com o RNT (Registo Nacional do Turismo), disponível no website do Turismo de Portugal, a saber: RNET (Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos); RNAL (Registo Nacional do Alojamento Local); RNAAT (Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística); RNAVT (Registo Nacional das Agências de Viagens e Turismo). No caso específico do RNAAT, RNAVT e do RNAL (na sua maioria) a georreferenciação é obtida de forma automática a partir do endereço, pelo que assume um caráter meramente indicativo (a fiabilidade da georreferenciação poderá ser consultada na lista de detalhes de cada estabelecimento).

- Por geometria (com as opções de selecionar ponto, linha ou polígono e definição de *buffer*), obtendo-se por esta via (interseção territorial) todas as ocorrências relativas aos temas de negócio disponíveis na aplicação.
- “Pesquisa Avançada” (podendo ser selecionados vários atributos de um determinado tema e a(s) área(s) territoriais pretendida(s). Por exemplo, através deste tipo de pesquisa poderá obter-se a oferta turística existente num determinado concelho.
- “Alojamento em ET Perspetivado” (estimativa do n.º de camas em empreendimentos turísticos, caso se concretize toda a capacidade prevista em IGT, loteamentos e projetos de ET com parecer favorável do TdP e projetos PIN turísticos, para determinada área territorial).
- “Indicadores da oferta turística”² e respetiva representação em cartogramas.

As figuras seguintes constituem exemplos de pesquisas efetuadas nesta aplicação sobre a oferta turística no concelho da Covilhã:



Fig. 1: Oferta turística no concelho da Covilhã (“Pesquisa Avançada”)

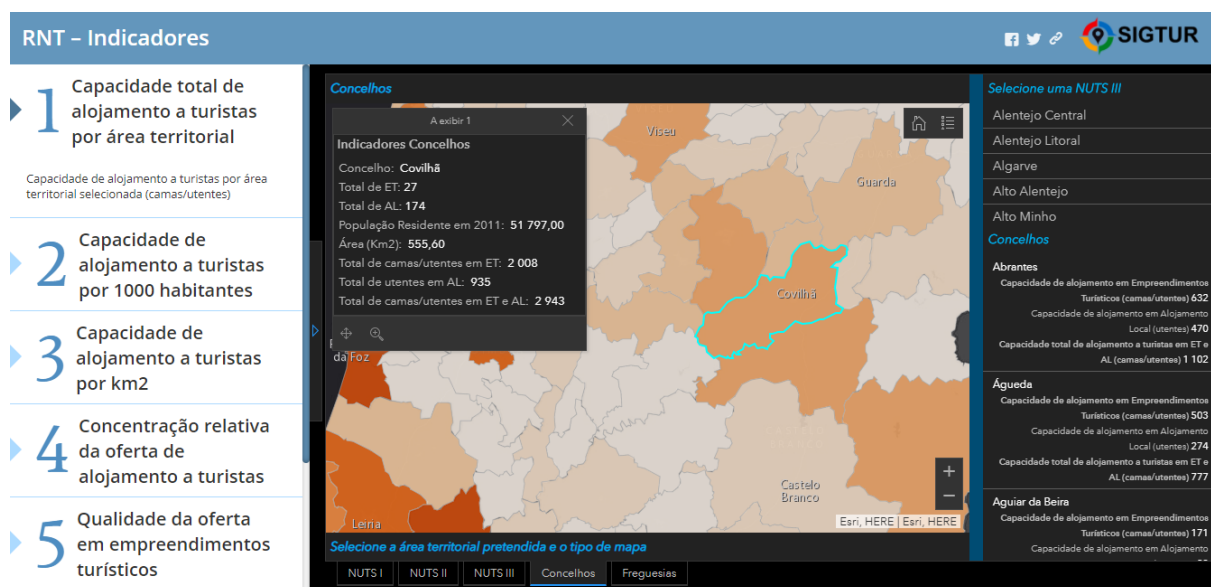


Fig. 2: Indicador relativo à capacidade total de alojamento a turistas no concelho da Covilhã

² Obtidos a partir de dados do RNT.

b) Procura turística:

- A informação sobre os indicadores da procura de alojamento turístico (n.º de hóspedes, n.º de dormidas, etc.) deverá ser obtida junto do INE.
- A demais informação relevante para a caracterização de outras vertentes da procura (nomeadamente sobre a visitação de bens naturais, culturais e recreativos), poderá ser obtida junto de entidades com competências na gestão de equipamentos/recursos turísticos (ex. áreas protegidas, parques temáticos, postos de turismo), através de inquéritos a visitantes, etc.

4. Deverá, ainda, ser consultado o documento "*Guia Orientador para a Abordagem ao Turismo na Revisão de PDM*", elaborado por este Instituto, disponível em <https://www.turismodeportugal.pt> (Desenvolvimento e Apoio às Empresas > Planear e Iniciar > Ordenamento Turístico > O Turismo nos IGT), que possui caráter eminentemente operativo, visando apoiar os municípios e equipas projetistas da revisão dos PDM, bem como as demais entidades públicas e privadas com interesses específicos nas matérias de Ordenamento Turístico.

Com os melhores cumprimentos,



Fernanda Praça

Diretora do Departamento de
Ordenamento Turístico

Antecedente: DMS-2802429-008

Saída: DMS-2828105-007 - Parecer 23_10_2020

Plano Diretor Municipal da Covilhã

1. ENQUADRAMENTO

O Município da Covilhã encontra-se em processo de revisão do seu Plano Diretor Municipal (PDM).

A consulta efetuada à Infraestruturas de Portugal, S.A. (doravante IP, S.A.) tem como objetivo a recolha de informação para a revisão do PDM, nomeadamente acerca da rede sob jurisdição da IP, S.A., bem como eventuais recomendações e condicionantes a atender no desenvolvimento do referido PDM.

Neste contexto, a informação apresentada centra-se na identificação da rede rodoviária e infraestruturas ferroviárias sob jurisdição da IP, S.A. na área correspondente à totalidade da área municipal, apresentando-se igualmente informações e recomendações a atender em fase posterior de desenvolvimento do PDM.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerando as infraestruturas rodoferroviárias sob responsabilidade da IP, S.A., esclarece-se que a área abrangida pelo Plano é servida por rede rodoviária e ferroviária.

A área de plano agora indicada (figura1) é representativa do município da Covilhã e respetivas freguesias, localizado no Distrito de Castelo Branco.

O município é servido por Rede Rodoviária e Ferroviária, conforme discriminada no ponto seguinte e na figura 1.

No âmbito da Rede Viária, as referências à **Rede Rodoviária Nacional (RRN)** deverão respeitar a identificação, hierarquização e nomeação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, no âmbito do qual a RRN é constituída pela Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais-IP) e pela Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares-IC e Estradas Nacionais-EN).

O PRN integra uma outra categoria de estradas, as “**Estradas Regionais (ER)**”, as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao citado Decreto-Lei.

Para além das estradas da RRN e Estradas Regionais há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, “**estradas nacionais desclassificadas**”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP, S.A. até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP, S.A. e as Câmaras Municipais.

Esta distinção, entre as estradas que se encontram desclassificadas pelo PRN mas que se mantêm sob jurisdição da IP, S.A. e as desclassificadas que já se encontram entregues ao respetivo município, deve ser explícita nos elementos constantes da Revisão do PDM.

De salientar ainda, a publicação da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril de 2015, que aprova o novo **Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN)**, em vigor desde 26 de julho de 2015, cujo âmbito de aplicação se estende também às estradas regionais (ER) e às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues aos municípios.

O novo Estatuto revoga, para além da Lei n.º 2037, de 19 de agosto de 1949 (anterior Estatuto), os diplomas mencionados no artigo 5.º da Lei n.º 34/2015.

Refira-se que as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis à Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas, estão definidas nos artigos 32.º da citada Lei.

Das novas disposições legais em matéria de proteção da rede rodoviária decorrentes do EERRN, salienta-se o papel da IP, S.A. enquanto Administração Rodoviária e consequentes poderes de autoridade pública na área de jurisdição rodoviária (artigo 41.º, 42.º e 43.º), isto é, a área abrangida pelos bens do domínio público rodoviário do Estado, cuja composição abrange as estradas a que se aplica o EERRN, bem como as zonas de servidão rodoviária e a designada zona de respeito.

Esta zona de respeito, definida no artigo 3.º, alínea vv) do EERRN, compreende “...a faixa de terreno com a largura de 150 m para cada lado e para além do limite externo da zona de servidão *non aedificandi*, na qual é avaliada a influência que as atividades marginais à estrada podem ter na segurança da circulação, na garantida da fluidez de tráfego que nela circula e nas condições ambientais e sanitárias da sua envolvente.”

Assim, as operações urbanísticas em prédios confinantes e vizinhos das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP, S.A. estão sujeitas às limitações impostas pela zona de servidão *non aedificandi* e, se inseridas em zona de respeito, a parecer prévio vinculativo desta empresa, nos termos do disposto no artigo 42.º n.º 2 alínea b) do EERRN.

Relativamente à **rede ferroviária**, salienta-se que devem ser tidos em conta os seguintes diplomas legais que regulam a mesma rede. Em primeiro lugar, o regime de proteção da rede ferroviária, definido pelo Decreto-Lei n.º 276/2003 de 4 de novembro, que aprova o domínio público ferroviário. De seguida, o Decreto-Lei n.º 568/1999, de 23 de dezembro, que aprova o regulamento de passagens de nível.

3. REDE RODOVIÁRIA E INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

A área de plano agora indicada (figura1) é representativa do Município da Covilhã, englobando, o mesmo, a totalidade do município, localizado no distrito de Castelo Branco, como mencionado anteriormente.

O município é servido, como referido em ponto prévio, tanto por Rede Rodoviária, conforme discriminada no ponto seguinte e na figura 1, como por rede ferroviária, constante na mesma figura.

Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) e Rede Rodoviária sob jurisdição da IP, S.A.

Identifica-se na área do plano:

❖ Rede Rodoviária Nacional (RRN)

Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP)

- **Ex-IP2/A23**, integrado na **Concessão Beira Interior** (Concessão do Estado), tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.

Rede Nacional Complementar sob jurisdição da IP, S.A. (Estradas Nacionais – EN)

- **EN18**, entre o pk 24+080 e o 24+355, entre o município de Belmonte e o entroncamento com a EN18 desclassificada e a EN232, na freguesia de Vale Formoso e Aldeia do Souto;
- **EN232**, entre o pk 83+885 e o 87+234, entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e a EN18, na freguesia de Vale Formoso e Aldeia do Souto e o limite municipal com o município da Guarda, a Norte;

❖ **Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP, S.A.**

- **ER338**, entre o pk 30+164 e o 32+333, entre o 33+316 e o 34+730 e entre o pk 35+309 e o 35+759, decorrendo entre os Limites municipais com o município de Manteigas e o entroncamento com a ER339;
- **ER339**, entre o pk 20+000 e o 31+870, entre o entroncamento com a ER338 e o início poente do núcleo urbano da Covilhã. O segundo troço da ER339, que decorre entre o entroncamento com a EN18 desclassificada e o acesso 31 do Ex-IP2/A23 encontra-se concessionado à concessão Beira interior;

❖ **Estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP**

- **EN18** (do pk 24+355 ao pk 47+200), entre o entroncamento com as EN18 e EN232 e o limite municipal com o município do Fundão, a Sul;
- **EN230** (do km 165+460 ao km 197+939), entre limite municipal com o município de Seia e o núcleo urbano de Tortosendo, assegurando corredor do IC6;

As zonas de servidão *non aedificandi* e de visibilidade, aplicáveis às tipologias rodoviárias atrás mencionadas, estão definidas nos artigos 32.º e 33.º, respetivamente, da Lei n.º 34/2015 de 27 de abril.

Considera-se que a hierarquia atrás descrita deverá estar refletida nos documentos da Revisão do PDM, nomeadamente, nas Plantas de Condicionantes, da Rede Viária, bem como em qualquer componente escrita que lhe faça referência.

Ainda se reforça que todas as restantes vias presentes na área sujeita a plano, não classificadas em sede de PRN2000, e transferidas para a autarquia, pertencem ao património viário municipal.

Do ponto de vista da salvaguarda da rede rodoviária da responsabilidade desta empresa, o EERRN, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, regula a proteção das estradas nacionais e regionais constantes do Plano Rodoviário Nacional (2000) e respetivas faixas envolventes, fixando, também, as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação, bem como das estradas nacionais desclassificadas, isto é, não classificadas no PRN, mas ainda sob jurisdição da IP, S.A., e das ligações à rede rodoviária nacional, em exploração à data da entrada em vigor do novo Estatuto.

O plano deverá respeitar este normativo.

Intervenções na Rede Rodoviária

Identificam-se, na área do plano e de acordo com o Plano de Proximidade / Médio Prazo 2020-2024 (PP20/24), as seguintes intervenções programadas/em curso na rede rodoviária sob jurisdição desta empresa (figura 2):

- **Estabilização de Taludes – ER338** KM30,000 A KM 32,500, ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES E ENCOSTA (LADO ESQUERDO);

Projetos na Rede Rodoviária

Encontra-se reservado o Corredor do **IC6 – Tábua/Oliveira do Hospital/Covilhã(A23/IP6)**.

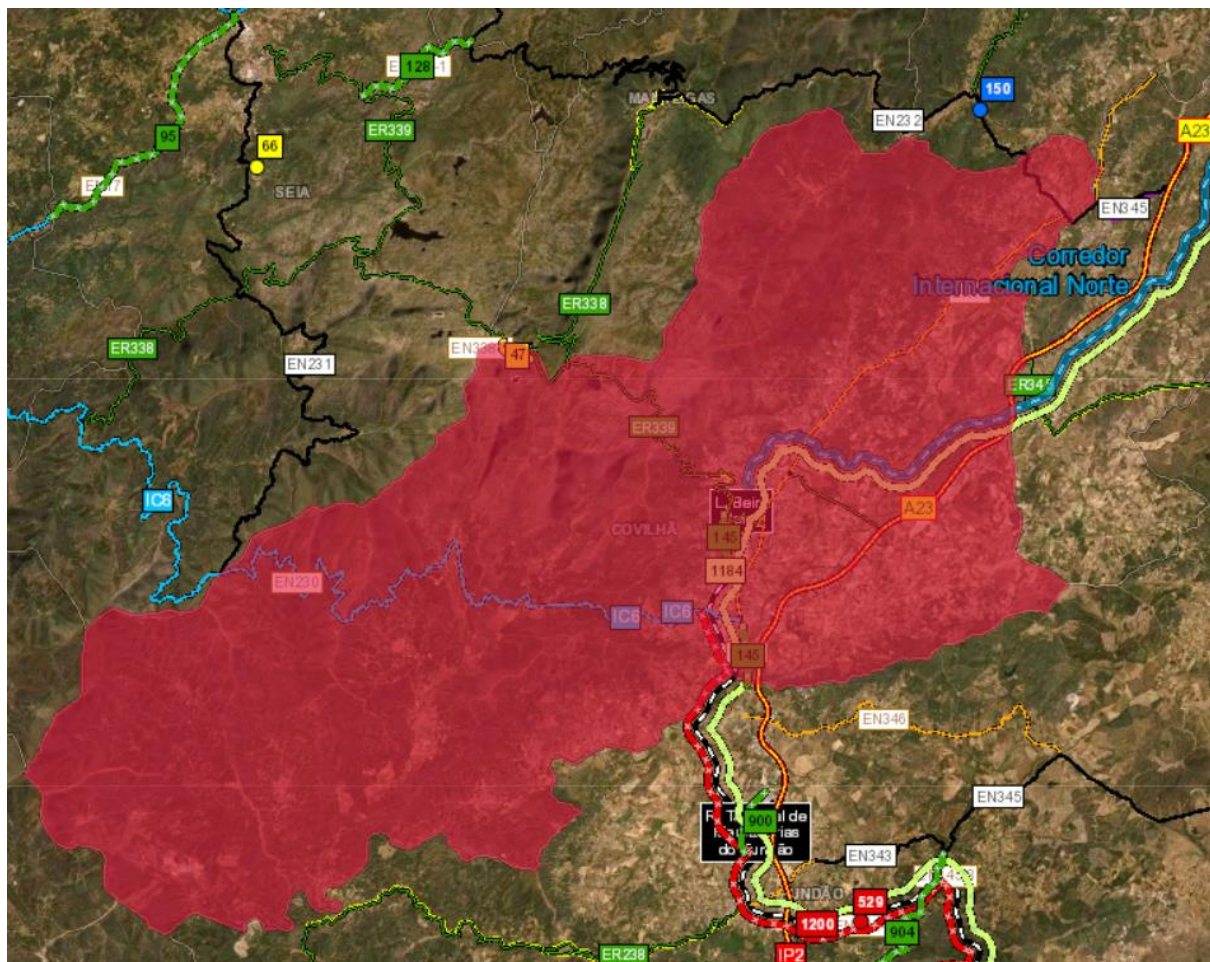


Figura 2 – Intervenções e projetos rodoviários e ferroviários programados no Município de Covilhã

Rede Ferroviária

Identifica-se, na área do plano (figura 1), a seguinte infraestrutura ferroviária: **Linha da Beira Baixa**.

Esta infraestrutura encontra-se em exploração. É de referir que mesmo que não tivesse qualquer tipo de exploração, a infraestrutura manteria os seus regimes de proteção, tal como definidos nos diplomas de proteção do Domínio Público Ferroviário já mencionados, bem como as servidões associadas.

O Concelho da Covilhã tem atualmente seis (6) PN - Passagens de Nível, na Linha da Beira Baixa, a saber:

- PN ao km 162+875 (Automatizada);
- PN ao km 170+157 (Passiva);
- PN ao km 171+197 Particular (Passiva);
- PN ao km 175+929 (Passiva);
- PN ao km 177+055 (Passiva);
- PN ao km 177+983 (Guardada).

No âmbito do Ferrovia 2020, está prevista a automatização das designadas PN (passiva) (exceto da Particular), no entanto de acordo com o n.º 1 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro. "Programa de supressão de PN" a Autarquia deve elaborar um programa para a supressão da PN da qual é gestora da rodovia.

Assim, o PDM deverá incluir as PN existentes no Concelho e prever as soluções para as respetivas supressões.

Intervenções e projetos na Rede Ferroviária

Estão, segundo o PP20/24 e o Ferrovia2020 estão planeadas/em curso as seguintes intervenções na rede ferroviária, na área do município, conforme figura 2:

- **Reabilitação de Obra de Arte – LINHA DA BEIRA BAIXA - EMPREITADA DE PROTEÇÃO ANTICORROSIVA DE PONTES METÁLICAS - FASE 4;**
- **Redução de Sinistralidade – LINHA DA BEIRA BAIXA - CONSTRUÇÃO DE VEDAÇÕES PARA SUPRESSÃO DE TRESPASSING;**
- **Modernização da Linha da Beira Baixa – Entre a Covilhã e a Guarda – NO ÂMBITO DO PLANO ESTRATÉGICO FERROVIA2020.**

4. ANÁLISE DOS ELEMENTOS APRESENTADOS

Elementos Recebidos

Como nota prévia, refere-se que a espacialização da estratégia de desenvolvimento municipal proposta no PDM, nomeadamente na planta de ordenamento (a ser futuramente elaborada), não deve comprometer o nível de serviço e função inerente às estradas da rede viária sob jurisdição da IP, S.A., nem o cumprimento dos requisitos legais em matéria de ruído, desaconselhando-se veemente a proposição de áreas residenciais ou equipamentos de utilização coletiva em faixas adjacentes às estradas da RRN.

Deve igualmente ter-se em consideração que as propostas de qualificação funcional do solo urbano devem assegurar-se de que a articulação das futuras acessibilidades às estradas da rede rodoviária nacional seja sustentada na captação e ligação aos nós e intersecções previamente existentes, **atendendo que as propostas de acessibilidades diretas constituem, regra geral, pontos de conflito que comprometem o nível de serviço das vias e condicionam a fluidez do tráfego, bem como a segurança da circulação, pelo que são de evitar.**

5. AMBIENTE SONORO

Em termos de ambiente sonoro, as preocupações da EP, SA. prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos que venha a ser proposta no PDM para a envolvente das estradas sob sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído.

Assim sendo recomenda-se que nos locais em que o Mapa de Ruído mostrar situações de conflito acústico, seja definida uma zona de proteção acústica, a reservar em função dos níveis de ruído ambiente, evitando-se assim a aplicação de futuras medidas corretivas. Esta situação deverá merecer particular atenção, atendendo às disposições constantes no ponto 6 do artigo 12.º do RGR.

De salientar que, nessas situações, todas as medidas de minimização de ruído que forem tidas como necessárias para que os usos sensíveis propostos para a envolvente de uma dada via sejam compatíveis com os níveis de ruído ambiente aí registados, serão da inteira responsabilidade do seu promotor, não se responsabilizando a IP, SA. por qualquer tipo de conflitos e/ou reclamações que daí resultem.

6. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se que os documentos a desenvolver deverão ter em conta as informações constantes do presente parecer.



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal do Município da
Covilhã
Pc Município, s/n
6200-151 Covilhã

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

DOTCN 584/20
Proc: PDM-CB.03.00/3-20
ID 129201

ASSUNTO: 1.ª Revisão do PDM da Covilhã

Identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área do PDM, bem como dos programas e políticas setoriais a prosseguir – ***nos termos do n.º 4 do art.º 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09***

A Comissão Consultiva (CC) da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Covilhã foi constituída pelo Despacho n.º 8889/2020 da Sr.ª Presidente desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), publicado no Diário da República n.º 181, 2ª série, de 16 de setembro de 2020, tendo a mesma sido divulgada na respetiva página da Internet, bem como na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), conforme previsto no n.º 1 do Art.º 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09.

Nessa sequência e através da referida PCGT foi por esta CCDR solicitada a designação dos representantes dos serviços e entidades que constituem a CC, com a necessária delegação de competências, tendo sido designadas pela CCDRC, conforme inscrição na plataforma:

- Eng.º José Fortuna – representante efetivo, a quem cabe presidir à CC, e também gestor do procedimento na PCGT – jose.fortuna@ccdr.pt (tel. 239 400 163);
- Arq.º José Laia Rodrigues – técnico que também acompanhará os trabalhos de forma continuada – jose.laia.rodrigues@ccdr.pt (272 340 793);
- Dr.ª Isabel Matos - técnica que também acompanhará os trabalhos de forma continuada – isabel.matos@ccdr.pt (tel. 239 400 165);

Na presente fase do procedimento e nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 5º da atrás mencionada Portaria, no prazo de 30 dias após a comunicação dos respetivos representantes dos serviços e entidades, cabe aos mesmos identificar – por intermédio da PCGT –, em função da natureza das suas atribuições, **os interesses específicos a salvaguarda na área do PDM, bem como dos programas e políticas setoriais a prosseguir.**

No âmbito das competências da CCDRC, transmite-se, assim, o seguinte:



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**1. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Da legislação a atender, mais diretamente relacionada com o procedimento de Revisão do PDM e sem prejuízo da demais relacionada com as matérias a tratar (a identificar, nomeadamente, pelas entidades da tutela), regista-se:

- **Portaria nº277/2015, de 10/09** – regula a constituição, a composição e o funcionamento das **Comissões Consultivas (CC)** da elaboração e da revisão do PDM, introduziu alterações ao modelo de acompanhamento dos planos territoriais. Deste diploma há a destacar, para seguimento dos trabalhos de revisão do PDM da Covilhã, os seguintes aspetos:

- Cabe à CM disponibilizar na PCGT os documentos identificados no n.º 3 do Art.º 12º - proposta de âmbito da avaliação ambiental e estudos de caracterização (...) –, sobre os quais as Entidades da CC se deverão pronunciar no prazo de 20 dias (cf. n.º 4 do mesmo artigo);

- Cabe à CCDRC disponibilizar o Programa de Trabalhos da CC, elaborado em articulação com a programação apresentada pela CM. Quanto ao Regulamento interno da CC que deveria, nos termos da mesma portaria, ser disponibilizado pela CCDR, não existem ainda condições para o fazer, pois ainda não foi disponibilizado pela DGT o respetivo modelo, conforme decorre do n.º 2 do Art.º 19º;

- **Lei n.º 31/2014, de 30/05, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16/08** – nova **Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU)**. Nos termos do n.º 1 do Art.º 78º desta Lei, a transposição das normas dos Planos Especiais para os PDM deverá ser efetuada até 13/07/2020, nos termos do n.º 6 do Art.º 46º – prazo esse, entretanto prorrogado por mais 180 dias após a cessação do estado de emergência, nos termos do artigo 35º-D do DL n.º 20/2020, de 1 de maio, terminando agora a 9/01/2021 – a não transposição daquelas normas por facto imputável às Câmaras Municipais, implica a rejeição de candidaturas de projetos a benefícios ou subsídios outorgados por entidades ou serviços públicos nacionais ou comunitários, bem como a não celebração de contratos-programa, até à regularização da situação.

- **Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05** – novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (**RJGT**). Sobre este diploma, destacam-se os seguintes aspetos:

- O conteúdo material passa a ser definido globalmente neste diploma, no seu Art.º 96.º e o conteúdo documental no Art.º 97.º;

- É instituído um novo sistema de classificação do solo, em solo urbano e solo rústico, classificação esta que deverá observar os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição da atividade dominante, bem como das categorias relativas ao solo rústico e urbano, aplicáveis a todo o território nacional, estabelecidos pelo Decreto Regulamentar nº15/2015, de 19/08. Alerta-se para o desaparecimento da categoria de solos urbanizáveis – nos Planos Municipais –, passando o solo a dividir-se em solo urbano, quando esteja total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, solo rústico, quando, pela sua reconhecida aptidão, se destine ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, conservação, valorização e exploração de recursos naturais, recursos geológicos ou recursos

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

energéticos, incluindo-se ainda neste os espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer, proteção de riscos e o restante que não seja classificado como urbano (Art.º 71.º);

- O n.º 2 do Art.º 199º deste diploma determina que no prazo máximo de cinco anos após entrada em vigor (13/07/2015) – prazo esse, entretanto prorrogado até 9/01/2021 – os planos municipais devem incluir as regras de classificação e qualificação previstas no mesmo artigo, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

- É extinta a Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN), sucedendo a esta a Comissão Nacional do Território (CNT);

- A nível procedimental, convém destacar que, no atual quadro legal, deixou de existir o prazo adicional de 5 dias para a pronúncia das entidades que não estiverem presentes na última reunião plenária ou que na mesma não emitam parecer, aplicando-se agora o n.º 3 do Art.º 84.º, nos termos do qual caso o representante da entidade não manifeste, fundamentadamente, a sua discordância com as soluções projetadas ou, apesar de regularmente convocado não compareça à reunião, nem o serviço ou entidade que representa manifeste a sua posição até à data da mesma, considera-se nada ter a opor à proposta;

- O parecer final é agora proferido pela CCDRC, no prazo de 15 dias após a última reunião da Comissão Consultiva, ponderadas as posições manifestadas e os interesses em presença, parecer este que traduz uma decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública;

- Nos termos do Art.º 87.º do mesmo regime, após a emissão daquele parecer final, a Câmara Municipal promove, nos 20 dias subsequentes, a realização de uma reunião de concertação com as entidades que, no âmbito daquela comissão, tenham discordado expressa e fundamentadamente da proposta, tendo em vista obter uma solução concertada;

- Na ausência de consenso, a Câmara Municipal elabora a versão final da proposta de plano municipal a submeter a discussão pública, optando pelas soluções que considere mais adequadas, mas salvaguardando a respetiva legalidade (cf. n.º 2 do Art.º 87.º do RJIGT);

- **Decreto regulamentar n.º 15/2015, de 19 /08** – fixa os **critérios de classificação e reclassificação do solo**, bem como os critérios de qualificação e as categorias de solo rústico e de solo urbano. Para além destes critérios e das terminologias estabelecidas para designar as diferentes categorias de solo, que devem ser seguidas na Revisão do PDM, alerta-se em particular para as questões relacionadas com os usos e atividades incompatíveis com o solo rústico, decorrentes do n.º 3 do seu Art.º 16º, e que importa ter em consideração na regulamentação destes espaços;
- **Decreto regulamentar n.º 5/2019, de 27/09** – que procede à atualização dos conceitos técnicos do ordenamento do território e do urbanismo relativos a indicadores e parâmetros, bem como a simbologia e sistematização gráfica a utilizar nos programas e nos planos territoriais, visando facilitar interpretações e simplificar os conteúdos dos instrumentos de

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

gestão territorial. Considerando que parte significativa dos conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial devem estar harmonizados com os conceitos constantes de regimes jurídicos específicos aplicáveis às matérias do ordenamento do território e do urbanismo, este DR adotou, sempre que possível, as definições constantes desses regimes, complementando-as com aditamentos ou notas que balizam a sua aplicação no planeamento territorial. De salientar, também, que nos termos do n.º 2 do respetivo artigo 4º os conceitos técnicos fixados por este decreto regulamentar são de utilização obrigatória nos instrumentos de gestão territorial, não sendo admissíveis outros conceitos, designações, definições ou abreviaturas para o mesmo conteúdo e finalidade.

- **Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30/08** - Altera os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, alterando e republicando o DL n.º 193/95, de 28 de julho. As principais alterações introduzidas por esta legislação estão relacionadas com:
 - A constituição de uma Base de Dados Nacional de Cartografia que estruture e organize a informação geográfica das grandes escalas, e que promova a produção e disponibilização de cartografia na escala 1.10.000, seguindo uma política de dados abertos que não restrinja a sua utilização de forma generalizada;
 - A clarificação das regras de utilização da cartografia de base (i.e. cartografia topográfica vetorial e de imagem e cartografia hidrográfica) pelos programas e planos territoriais;
 - A atualização dos prazos para utilização de cartografia de base pelos instrumentos de gestão territorial, atentas as dinâmicas reais do planeamento e o justo equilíbrio entre o interesse de atualização da cartografia e o esforço dessa atualização;
 - A definição dos moldes em que a cartografia militar pode ser utilizada para fins civis;
 - A introdução da possibilidade dos municípios e entidades intermunicipais atualizarem a sua cartografia, desde que respeitadas as normas e especificações técnicas aplicáveis e a condição de homologação;
 - A simplificação do procedimento associado à comunicação prévia para produção de cartografia topográfica;
 - A atualização da composição e competências do Conselho Coordenador de Cartografia (CCC).
- **Regulamento 142/2016, de 09/02** – “Regulamento das normas e Especificações Técnicas da Cartografia a Observar na Elaboração das Plantas dos Planos Territoriais”, que estabelece as normas e especificações técnicas da cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais e na cartografia temática que daí resulte. Sobre esta matéria, deve atender-se às orientações já enviadas pela entidade da tutela, designadamente a Direção-Geral do Território, que em todo o caso se anexam.
- **DL n.º 232/2007, de 15/06**, com alteração pelo DL n.º 58/2011, de 04/05 – Regime Jurídico da **Avaliação Ambiental Estratégica** (RJAAE);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- **DL n.º 124/2019, de 28/08** - Altera o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), estabelecido pelo 239/2012, de 02/11, alterado pelo DL 166/2008, de 22/08).
- **Portaria n.º 336/2019, de 26/09** – Aprovou a revisão das Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional da REN estabelecidas pela RCM 81/2012, de 03/10, com Declaração de Retificação 71/2012, de 30/11. Vem clarificar as ONER na generalidade das tipologias de áreas da REN. Esta matéria encontra-se melhor desenvolvida no ponto seguinte.
- **Portaria n.º 56/2019, de 11/02** - Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL) e estabelece, no seu artigo 2º, a obrigatoriedade de adaptação/atualização das disposições dos PDM incompatíveis com este Programa, atualização essa que deve ser efetuada nos termos do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018, de 6 de setembro.

Para o Município da Covilhã encontra-se em vigor o Plano de Urbanização da Grande Covilhã e diversos planos de pormenor que poderão ser consultados em:

<https://www.dgterritorio.gov.pt/ordenamento/sgt/igt-vigor>

Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN):

REN – publicada pela RCM n.º 98/98 no DR 178, IS-B, 04/08/1998, alvo de três alterações (Portaria n.º 499/2010, de 14 de julho; Portaria n.º 18/2012, de 20 de janeiro; Despacho n.º 6977/2020, de 7 de julho – RERAE).

2. PRINCIPAIS PROGRAMAS, PLANOS e ESTRATÉGIAS EM MATÉRIA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PARA A REGIÃO CENTRO

Conforme disposto no n.º 4 do Art.º 76.º do RJIGT *“A elaboração de planos municipais obriga a identificar e a ponderar os programas, os planos e os projetos, com incidência na área em causa, considerando os que já existiam e os que se encontram em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações”*.

Neste contexto, é oportuno referir os seguintes programas, planos e projetos mais diretamente relacionados com o ordenamento do território, incidentes na área do Município, sem prejuízo de outros identificados pelas Entidades representadas na Comissão Consultiva, as quais se pronunciam em razão das respetivas matérias:

- **PNPOT** (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território) – é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial. Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 04/09, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

A/2007, de 0709, e 103-A/2007, de 23/11, foi, entretanto, alvo de uma 1.ª revisão pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

- **Proposta do PROT-C** de maio/2011 (Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro) – disponível no portal da CCDRC:

http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=129

Atender em particular as suas normas TG9 (classificação e qualificação do solo), com exceção do respetivo nº 2 e TG10 (edificabilidade em solo rural).

- Seria também interessante a confrontação dos objetivos locais com a estratégia da Região Centro, consultando a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) para o Centro de Portugal e o Programa Operacional Regional do Centro para 2014-2020 (Centro 2020) – disponíveis no portal da CCDRC:

<http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/ris-3>

<http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/documentos-gerais>

3. CONTRIBUTOS PARA A PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA REN DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

3.1 Orientações para a Delimitação da REN

A delimitação da REN deve ser efetuada nos termos dos artigos 10º, 11º e 15º do DL nº 166/2008, de 22/08, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28/08, e das Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional (OENR), aprovadas pela RCM nº 81/2012, de 03/10, com a revisão aprovada pela Portaria nº 336/2019, de 26/09.

O Município deve elaborar a proposta de delimitação da REN, tendo presente a metodologia, critérios e procedimentos previstos nas OENR, para as diferentes tipologias a demarcar no território e que a seguir se indicam, tendo também presente a delimitação da REN em vigor.

Importante: ter em atenção as diretrizes explanadas na Secção II das OENR, pois devem ser aplicadas na delimitação da REN municipal.

3.2 Tipologias

→ **Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre:**

- **Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM):**

- Rede hidrográfica oficial ou homologada a escala adequada.

- Os cursos de água são delimitados em toda a sua extensão, da nascente até à foz, e a sua integração na REN deve ser precedida de verificação no terreno.

- Podem ser integrados nesta tipologia outros cursos de água considerados importantes para o regime hídrico e/ou com relevante interesse ecológico, como os de ordem igual ou superior a 3 na classificação de *Strahler*, fundamentando a sua inclusão.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Devem ser ponderados os CALM associados às zonas ameaçadas pelas cheias, quer pela conectividade hidráulica e transbordo de água do leito, quer por estarem junto a áreas urbanas consolidadas ou em áreas onde existem edificações nas imediações que contribuem para a impermeabilização daquelas áreas.

- Devem incluir uma tabela na Memória Descritiva e Justificativa (MDJ) com a identificação (nome) de todos os cursos de água da REN delimitados no município, com a Classificação Decimal que consta do “Índice Hidrográfico – Classificação Decimal dos Cursos de Água de Portugal” da Direção-Geral de Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (1981), com a indicação da área da bacia hidrográfica em hectares (polígono com a margem), e com o comprimento da linha de água em Km, atribuindo-lhes um número de ordem a representar no respetivo cartograma.

- Ponto 2.1. da Secção III das OENR.

- **Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como respetivos leitos, margens e faixas de proteção:**

- Incluem-se na REN todas as albufeiras que estejam classificadas como de águas públicas de serviço público, nos termos da Portaria n.º 522/2009, de 15/05, e demais diplomas que classificam albufeiras de águas públicas, e as que tenham uma capacidade superior ou igual a 100000 m³.

- A delimitação dos leitos das albufeiras corresponde ao plano de água até à cota do nível de pleno armazenamento (NPA). O NPA deve ser indicado na MDJ bem como a origem dos dados e fontes de informação.

- A definição da margem tem por base o disposto na Lei da Água e Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, na redação dada pela Lei n.º 31/2016, de 23/08. A margem das albufeiras públicas de serviço público tem a largura de 30 m. Nas restantes albufeiras a margem tem a largura de 10 m. Quando existir natureza de praia em extensão superior à extensão estabelecida para a margem, esta estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza.

- A faixa de proteção conta-se a partir do NPA. Esta faixa inclui a margem e a sua largura, para além da margem, deve atender à dimensão e situação da albufeira na bacia hidrográfica, numa avaliação casuística devidamente descrita e fundamentada, adotando sempre, como valor mínimo, a largura de 100 m, medida na horizontal.

- Quando a margem da albufeira já tenha sido demarcada oficialmente, esta informação deve ser tida em conta.

- A delimitação da tipologia albufeiras, respetivos leitos, margens e faixas de proteção reflete, de forma independente, a representação das suas três componentes (leito da albufeira, margem e faixa de proteção).

- **Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA):**

- Informação disponível no *site* da APA ou a ser disponibilizada pela APA.

- Ponto 2.4. da Secção III e n.º 2 da Secção V das OENR.

- Critérios complementares de apoio à generalização e agregação de manchas (diretriz n.º 16 da Secção II das OENR), devem ser consideradas as manchas com área igual ou superior a 1 hectare, ou aquelas

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

áreas isoladas que, embora tenham área inferior, devido à sua proximidade com outras tenham no seu conjunto uma área igual ou superior a 1 hectare.

Os vazios no interior das manchas de AEIPRA devem ser fechados, desde que tenham uma dimensão até 1 hectare.

As restantes manchas com área inferior a 1 hectare, desde que totalmente isoladas, e sem possibilidade de agregação, devem ser eliminadas, após verificação e confirmação desta CCDRC.

→ Áreas de prevenção de riscos naturais:

- **Zonas adjacentes (ZA):**

- Informação disponível no *site* da APA ou a ser disponibilizada pela APA (<http://sniamb.apambiente.pt>)

- Zona Adjacente do rio Zêzere conforme Portaria n.º 1053/93, de 19/10.

- Ponto 3.1 da Secção III das OENR.

- **Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC):**

- Informação disponível no *site* da APA ou a ser disponibilizada pela APA (<http://sniamb.apambiente.pt>).

- Ponto 3.3 da Secção III e nº3 da Secção V das OENR.

- **Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS):**

- Informação disponível no *site* da APA ou a ser disponibilizada pela APA:

<http://sniamb.apambiente.pt/Home/Default.htm> selecionando os seguintes temas no sítio eletrónico do SNIAMB: Atlas > Atlas da Água > Elementos Meteorológicos > Factor de erosividade da precipitação – R (449 postos 50.8 mm).

- Fator relativo à erodibilidade do solo, cujos valores estão disponíveis em http://snirh.pt/snirh/download/relatorios/factorC_K.pdf (Diretrizes para a Aplicação da Equação Universal da Perda de Solos em SIG, Pimenta, 1999).

- Carta de Solos da DGADR. Podem ser solicitadas através do sítio eletrónico: <https://www.dgadr.gov.pt/cartografia>.

- Critérios complementares de apoio à generalização e agregação de manchas (diretriz n.º 16 da Secção II das OENR) na aplicação da EUPS devem ser consideradas as manchas com área igual ou superior a 1 hectare, ou aquelas áreas isoladas que, embora tenham área inferior, devido à sua proximidade com outras tenham no seu conjunto uma área igual ou superior a 1 hectare.

- Os vazios no interior das manchas de AEREHS devem ser fechados, desde que tenham uma dimensão até 1 hectare.

- As restantes manchas com área inferior a 1 hectare, desde que totalmente isoladas, e sem possibilidade de agregação, devem ser eliminadas, após verificação e confirmação desta CCDRC.

- Ponto 3.4. da Secção III e n.º 4 da Secção V das OENR.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- **Áreas de Instabilidade de vertentes (AIV):**

- Deve ser efetuado um inventário exaustivo dos movimentos de massa em vertentes (MMV) verificados no território concelhio, com recurso a análise de fotografia aérea e ortofotomapas, devidamente validada com trabalho de campo, seguindo todos os critérios e procedimentos descritos no ponto 3.5 da Secção III e no n.º 5 da Secção V das OENR.

- As escarpas naturais, se existentes, devem ser incluídas, conforme ponto 3.5 da Secção III das OENR.

- Todos os MMV contabilizados devem ser remetidos a esta CCDRC, em formato vetorial e matricial, após reclassificação para o modelo estatístico, no sistema de referência ETRS89-PT/TM06.

Quando não há inventariação de MMV que possa constituir a base de modelação estatística a aplicar ao Método do Valor Informativo, informa-se o seguinte:

- Tendo em conta que a delimitação da REN deve evoluir em paralelo com a disponibilidade de informação que permita delimitações mais rigorosas, no caso de não haver registos de ocorrências de movimentos de massa em vertentes ou quando os registos são em número insuficiente para permitir a aplicação do Método do Valor Informativo, recomenda-se, nestas situações específicas e com a devida fundamentação, o recurso a trabalhos científicos e técnicos recentes e relevantes, adequados aos territórios em causa.

- Podem ainda utilizar os registos e referências de movimentos de massa em vertentes constantes nos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil e os disponibilizados pelos Serviços Municipais de Proteção Civil.

- Critérios complementares de apoio à generalização e agregação de manchas (diretriz n.º 16 da OENR) devem ser consideradas aquelas com área igual ou superior a 0,5 hectares, ou aquelas áreas isoladas que, embora tenham área inferior, devido à sua proximidade tenham no seu conjunto uma área igual ou superior a 0,5 hectares. As restantes, desde que totalmente isoladas, e sem possibilidade de agregação, devem ser eliminadas, após verificação e confirmação desta CCDRC.

Em todas as metodologias a aplicar na delimitação desta tipologia, deve ficar sempre assegurada uma faixa de segurança de 10m a cada MMV.

Em síntese, a proposta de delimitação da REN deve ser instruída com uma Memória descritiva e justificativa (MDJ) apresentando os seguintes elementos:

- Breve enquadramento nos diplomas legislativos da REN.
- Explicitação dos critérios de delimitação de cada uma das tipologias de áreas a integrar na REN municipal, apresentando e todos os resultados intermédios.
- Explicitação da metodologia utilizada no cálculo dos resultados intermédios, apresentando os respetivos cartogramas e/ou tabelas.
- Informação Geográfica de Base com referência às fontes de informação utilizadas em cada tipologia:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- .Cartografia de base – indicar escala e origem
 - .Rede hidrográfica – indicar escala e origem
 - .Altimetria – indicar escala, origem e equidistância entre curvas
 - .Tipo de solo e capacidade de uso do solo – indicar escala e origem
 - .Carta geológica – indicar escala e origem
 - .Uso do solo – indicar ano, escala e origem
 - .Carta Administrativa Oficial de Portugal – indicar o ano
 - .Registos pluviométricos das estações meteorológicas – indicar escala e origem
 - .Sistema de coordenadas – indicar o sistema utilizado
 - .Ortofotomapas – indicar a origem, ano do voo
 - .Outros elementos utilizados na elaboração da proposta apresentada.
- Quadro síntese de todas as áreas incluídas por tipologia, com indicação da superfície e percentagem em relação à superfície do concelho. Note-se que cada sobreposição de tipologias de REN deve ser tratada como uma tipologia própria, por exemplo, a sobreposição “Cursos de água, leitos e margens (CALM)” com “Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA)”, passa a integrar uma tipologia designada como “CALM + AEIPRA”, para efeitos do cálculo da superfície de REN no território municipal.
 - Cartogramas com a representação de cada uma das tipologias, à escala do município, com dimensão igual a uma página da memória descritiva e justificativa, para possibilitar uma melhor leitura cartográfica.
 - Análise comparativa entre a proposta de delimitação de cada tipologia e a tipologia que lhe corresponde na REN em vigor.
 - Análise da conectividade e continuidade biofísica com os concelhos limítrofes na proposta de delimitação da REN, fundamentando as discrepâncias, caso se verifiquem.

Nota1: Todos os resultados intermédios em formato digital (vetorial, raster, ...) das tipologias AEIPRA, AEREHS e AIV devem acompanhar o formato digital/vetorial da REN a remeter à CCDRC.

Nota2: Na proposta de delimitação da REN final devem ter em conta as sobreposições de tipologias que não podem ocorrer, utilizando, para tal, a matriz de sobreposições elaborada pela Comissão Nacional do Território/Direção-Geral do Território (CNT/DGT) que se disponibiliza.

3.3. Áreas a excluir da REN

Após a validação da proposta de delimitação da REN, pela CCDRC e APA, nos termos do n.º 4 da Secção II das OENR, o Município da Covilhã procederá, primeiro, à identificação e fundamentação das áreas urbanas consolidadas (AUC) que recaem em REN e, depois, à ponderação das áreas a excluir da REN de acordo com os n.ºs 5, 6 e 7 da mesma Secção das OENR.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

As **propostas de exclusão decorrentes da nova proposta de ordenamento** devem constar de **capítulo autónomo** integrado no processo da delimitação da REN a apresentar à Comissão Consultiva, instruído com os seguintes elementos:

- Explicitação da metodologia e dos critérios utilizados para a identificação das áreas efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas).
- Demonstração, face à estratégia municipal e ao resultado da avaliação do plano em vigor, da necessidade das áreas a excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, incluindo fundamentação objetiva da exclusão e justificação da inexistência de alternativas.
- Imagem aérea atualizada (indicando a data e proprietário da mesma) com a representação do limite das áreas a excluir.
- Quadro síntese de todas as áreas incluídas em REN por tipologia, com superfície e percentagem da superfície do município.
- Quadro no qual se identificam as áreas a excluir efetivamente já comprometidas “C” (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas) com número de ordem, respetiva superfície, identificação da tipologia REN em presença e fundamentação da exclusão.
- Quadro no qual se identificam as áreas a excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas “E”, com número de ordem, respetiva superfície, identificação da tipologia REN em presença, fim a que se destina, fundamentação da exclusão, uso atual do solo e uso proposto.
- Quadro síntese das áreas efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas), assim como das áreas que se pretendam excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas.

3.4. Carta da REN

A Carta da proposta de delimitação da REN da Covilhã é apresentada à escala 1/25000 ou superior e vai integrar todas as áreas a incluir e a excluir da REN, devidamente identificadas e diferenciadas:

- A cada tipologia da REN, para uma fácil leitura cartográfica, deve ser atribuída uma trama com fundo 100% transparente e que, em sobreposição com outras tipologias, seja de fácil identificação/diferenciação e cujos limites se distingam na perfeição. Tendo em vista a uniformização das tramas da representação cartográfica da REN, devem seguir a proposta de *Normas e Especificações Técnicas para a Produção e Reprodução das Cartas de Delimitação da REN* elaborada pela CNT/DGT, que se disponibiliza.
- Áreas efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas) identificadas com o prefixo “C” (C1, C2, ...Cn);
- Áreas a excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, identificadas com o prefixo “E” (E1, E2, ... En).



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Nota3: Tendo em vista a instrução do processo para a apreciação e emissão de parecer pela CCDRC, deve ser utilizado o formulário de instrução de processos de delimitação da REN, disponível no *site* da CCDRC.

Todas as dúvidas e/ou esclarecimentos adicionais podem ser solicitados à CCDRC, através da técnica Dr^a Ana Carreiró, por correio eletrónico (ana.carreiro@ccdr.pt) ou contacto telefónico direto (293 858 211).

3.5. Critérios base da CCDRC para apreciação das propostas de áreas a excluir da REN:

Para a análise das propostas de exclusão da REN, a CCDRC estabeleceu os seguintes critérios base, podendo, no entanto, ser estabelecidos outros, sempre que se justifique:

1. Serão aceites as propostas de exclusão que tenham por objetivo a integração em perímetro urbano de áreas legalmente comprometidas ou com edificações anteriores à entrada em vigor do PDM/Carta da REN. Considerando que as exclusões propostas não devem ser concebidas como meio de possibilitar a legalização de obras clandestinas, deverá ser remetida a licença de construção das edificações existentes/loteamentos à CCDRC de modo a comprovar a legalidade das mesmas. No caso das zonas ameaçadas pelas cheias, a aceitação das respetivas exclusões com base neste critério fica condicionada à sua integração nas áreas inundáveis em perímetro urbano e ao estabelecimento de regras adequadas a nível regulamentar, nos termos do disposto no DL n.º 364/98, de 21 novembro.
2. Serão aceites as propostas de exclusão que visem a satisfação de carências existentes em termos de habitação, equipamentos, infraestruturas e atividades económicas, devidamente comprovadas de acordo com o RJIGT, desde que seja demonstrada a ausência de alternativas fora da REN, o sistema da REN não seja muito afetado e não estejam em causa tipologias de áreas da REN de elevada sensibilidade ou de risco.
3. Não serão aceites as propostas de exclusão que incidam sobre tipologias de áreas da REN de elevada sensibilidade ou de risco, em particular áreas ameaçadas pelas cheias, leitos dos cursos de água e respetivas margens, áreas de instabilidade de vertentes e escarpas, e algumas áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (nomeadamente quando exista risco de deslizamentos ou de movimentos de massas em vertentes), com exceção das situações mencionadas no critério 1 para as áreas ameaçadas pelas cheias, face à possibilidade de enquadramento das mesmas no âmbito do disposto no DL n.º 364/98, de 21 novembro.
4. Não serão aceites as propostas de exclusão cujo principal fundamento seja o aumento da profundidade do perímetro urbano, sempre que a profundidade existente seja já claramente suficiente para permitir a edificação. Note-se que o RJREN admite já, em algumas situações, um conjunto de usos e ações compatíveis que tornam desnecessárias estas exclusões.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

5. Não será de aceitar a exclusão de edificações isoladas ou dispersas, inseridas em solo rural, exceto em situações que se prendam com a criação de aglomerados rurais ou de áreas de edificação dispersa, sempre que estes apresentem já um elevado grau de comprometimento/ocupação atual, nos termos do critério 1.
6. Não serão de aceitar propostas de exclusão que visem o alargamento de aglomerados urbanos ao longo das vias ou a ligação de diferentes aglomerados, contrariando assim as orientações superiores em matéria de ordenamento do território.
7. Não serão de aceitar as propostas de exclusão que se destinem a usos ou ações compatíveis com o atual RJREN ou que possam enquadrar-se no regime previsto no artigo 21º do RJREN (ações de relevante interesse público), devendo neste caso a proposta de ordenamento e regulamento acautelar a execução daqueles usos ou ações.
8. Pontualmente serão aceites as propostas que correspondam a pequenos acertos nos limites da REN, de modo a fazer coincidir o limite da REN e do perímetro urbano por elementos físicos facilmente identificáveis ou, nos casos em que aquele limite se encontra no interior de um prédio, pelo cadastro existente, de forma a permitir a conformação do perímetro urbano.
9. Não será de aceitar a exclusão de áreas descomprometidas inseridas em UOPG, cuja apreciação deverá ocorrer no âmbito da elaboração dos respetivos PU ou PP, mediante propostas concretas de ocupação e apresentação de adequada fundamentação.

4. OUTROS ASPETOS A CONSIDERAR**Plataforma**

Nos termos do disposto no artigo 2º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, o funcionamento da Comissão Consultiva, bem como todos os procedimentos relacionados com o acompanhamento, são efetuados com recurso à Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT). Em todo o caso, para a CCDRC devem ser sempre enviados 2 exemplares completos em papel dos elementos disponibilizados, o mesmo devendo ser garantido em relação às entidades da CC que o solicitem.

Cartografia

É de reforçar a necessidade do cumprimento de todos os requisitos legais em matéria de cartografia, devendo esta questão ser tratada atempadamente, de acordo com as orientações já transmitidas e que venham ainda ser transmitidas pela entidade que tutela esta matéria, designadamente a Direção-Geral do Território.

Guia orientador – Revisão do PDM

Para apoiar as Câmaras Municipais nos processos de revisão do PDM, a CCDRC elaborou um Guia orientador que versa sobre os diversos aspetos a ter em consideração, o qual se encontra disponível no portal desta entidade, para consulta e download.



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

5. Etapa Seguinte

Após a conclusão do prazo para a identificação, pelas entidades da CC, dos interesses específicos a salvaguardar em função da natureza das respetivas atribuições, deve a CM disponibilizar na PCGT os documentos identificados no n.º 3 do Art.º 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09 – proposta do âmbito da avaliação ambiental e estudos de caracterização (...) –, sobre os quais as Entidades da CC se deverão pronunciar no prazo de 20 dias (cf. n.º4 do mesmo artigo);

À CCDRC cabe disponibilizar o Programa de Trabalhos da CC (previsto no ponto i) da al. b) do n.º1 do mesmo artigo), a elaborar em articulação com a programação apresentada pela CM.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora de Serviços de Ordenamento do Território

(Maria Margarida Martins Ventura Teixeira Bento)

JAF/CV

À

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO CENTRO

RUA BERNARDIM RIBEIRO, 80

3000-069 COIMBRA

SUA REFERÊNCIA
PCGT – 164

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
42935/2020/DRCNF-C/DRCNB/DOT
26-01-2021

ASSUNTO PCGT – 164
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ (REVISÃO)

Com vista a identificar os interesses específicos a salvaguardar na área abrangida pelo Plano Diretor Municipal da Covilhã, os programas e políticas setoriais a prosseguir, bem como os projetos da Administração Pública com incidência na área territorial do Plano (n.º 4 do Artigo 5.º e n.º 2 do Artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro), tem o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. a informar:

A.1. Conservação da Natureza e da Biodiversidade:

1. Áreas Classificadas

O concelho da Covilhã abrange parte do território classificado como Parque Natural da Serra da Estrela, criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho.

O concelho abrange igualmente área da Zona Especial de Conservação da Serra da Estrela (PTCON0014), classificada pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março.

2. Definições

Como garantia de uniformização de critérios para o sector da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, devem ser adotadas as definições constantes do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro, (transposição para o direito interno das Diretivas Aves e Habitats) e do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual (Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade).



3. Planos Especiais e Sectoriais em Vigor

No concelho da Covilhã encontram-se em vigor:

- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009, de 9 de setembro;
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

4. Parque Natural da Serra da Estrela

O Parque Natural da Serra da Estrela foi criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, sendo aplicáveis as disposições legais constantes do Plano de Ordenamento aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009, de 9 de setembro.

De acordo com os nºs 1 e 2 do artigo 1º da Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009, de 9 de setembro, *“o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) tem a natureza jurídica de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território, bem como os programas e projetos, de iniciativa pública ou privada, a realizar no Parque Natural da Serra da Estrela”*.

“O POPNSE aplica-se à área identificada na respetiva planta de síntese, adiante designada por área de intervenção, abrangendo a totalidade do concelho de Manteigas e parte dos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda e Seia” (nº 2 do artigo 1º).

O Plano de Ordenamento do PNSE encontra-se disponível *online* podendo ser consultado em: <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnse/popnse-doc>

5. PTCON0014 - Zona Especial de Conservação da Serra da Estrela

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica europeia que resulta da aplicação de diretivas comunitárias, Diretiva Aves e Diretivas *Habitats*, transpostas para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro.

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados *habitats* e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

No Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro, constam as ações, atividades ou projetos condicionados a parecer vinculativo do ICNF, I.P. dentro dos limites da Zona Especial de Conservação (ZEC) da Serra da Estrela, podendo haver sujeição a Avaliação de Impacte Ambiental ou Análise de Incidências Ambientais nos termos do Artigo 10.º deste diploma legal.



O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 encontra-se publicado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho. Neste diploma encontra-se a caracterização desta área classificada, assim como os valores naturais responsáveis pela sua criação e as correspondentes orientações de gestão. As espécies do Anexo A-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, referenciadas para o território do município da Covilhã, assim como as orientações de gestão para promover conservação, devem constar do Plano Diretor Municipal.

Os limites do Parque Natural da Serra da Estrela e da ZEC Serra da Estrela devem constar da Planta de Condicionantes.

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 encontra-se disponível no sítio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/p-set>.

A cartografia com os limites das áreas classificadas encontra-se disponível no sítio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. em <http://geocatalogo.icnf.pt/>.

A informação cartográfica com os valores naturais (fauna, flora, *habitats*) encontra-se disponível em <http://geocatalogo.icnf.pt/>.

6. Estrutura Ecológica Municipal

Considera-se que devem integrar a Estrutura Ecológica Municipal:

- O Parque Natural da Serra da Estrela;
- A PTCON0014 - Zona Especial de Conservação da Serra da Estrela;
- As áreas de continuidade da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, republicado através do Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro):
 - i) A Reserva Ecológica Nacional (REN);
 - ii) A Reserva Agrícola Nacional (RAN);
 - iii) O domínio público hídrico (DPH);

que "(...) estabelecem ou salvaguardam a ligação e o intercâmbio genético de populações de espécies selvagens entre as diferentes áreas nucleares de conservação [Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas; Sítios da lista nacional de sítios e zonas de proteção especial integrados na Rede Natura 2000; As demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português], contribuindo para uma adequada proteção dos recursos naturais e para a promoção da continuidade espacial, da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas".

- os *habitats* naturais de interesse comunitário elencados no Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, republicado através do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro, situados fora de Áreas Classificadas.



7. Fase de Regulamento

Na fase de regulamento deverá ter-se em conta a adequação da legislação no âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade a seguir listada:

Diploma	Objetivo
Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro	Aprova o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela
Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro	Transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril 1979, relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos <i>habitats</i> naturais e da fauna e da flora selvagens (Diretiva <i>Habitats</i>), transpondo a Diretiva n.º 2013/17/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto	Avaliação de Impacte Ambiental
Decreto-Lei n.º 92/19, de 10 de julho	Estabelece o regime jurídico aplicável ao controlo, detenção, introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna

8. Reclassificação do solo rústico como solo urbano

O RJIGT determina que a reclassificação do solo rústico para solo urbano terá carácter excecional, definindo as condições de reclassificação no artigo 72.º, também detalhadas no artigo 8.º do Decreto-Regulamentar n.º15/2015, de 19 de agosto.

Pretende-se que a definição dos objetivos do PDM tenha em consideração as exigências ecológicas, ameaças locais e necessidades de gestão dos valores naturais, de modo que a subsequente delimitação das categorias de espaço e definição das disposições regulamentares contribuam para (ou não conflituem com) a manutenção ou recuperação do estado de conservação favorável das espécies e dos habitats naturais protegidos, tal como definido pelas Diretivas Aves e Habitats.

Na planta de ordenamento, as áreas de ocorrência dos valores naturais ou necessárias para a sua conservação ou restabelecimento, deverão ser integradas em solo rústico, com diferente qualificação do solo compatível com o património natural subjacente, ou seja, os objetivos e a delimitação das categorias de espaço na planta de ordenamento deverão ter em conta a distribuição dos valores naturais e as respetivas exigências ecológicas. Estas são estabelecidas em função da importância do território para a manutenção (ou



para a recuperação) dos valores naturais num estado favorável de conservação. Quaisquer propostas de reclassificação do solo rústico como solo urbano terão que ser analisadas e ponderadas tendo em conta a manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais. Para o efeito, todas as áreas propostas para reclassificação para solo urbano devem ser identificadas individualmente e avaliada a existência de eventuais conflitos com a conservação de valores naturais. Tais propostas terão que ser analisadas (tendo em vista a manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais) com base em informação que deverá ser submetida a apreciação do ICNF no sentido da ponderação quanto à afetação significativa dos valores naturais presentes, nomeadamente a identificação da dimensão da área com capacidade edificatória a criar/ampliar nas áreas propostas para classificação como solo urbano referidas, bem como, a apresentação de um levantamento dos valores naturais existentes.

9. Conformidade do PDM com os objetivos de gestão do Parque Natural da Serra da Estrela e da PTCON0014 - Zona Especial de Conservação da Serra da Estrela - Relatório de Conformidade

Do Relatório da Proposta do PDM deverá constar um Relatório de Conformidade com a RN2000, como capítulo próprio ou em capítulo autónomo, que demonstre e assegure que os usos e a ocupação do solo associados às categorias de espaço definidas na Planta de Ordenamento e respetiva regulamentação, promovem ou não conflituam com as necessidades de manutenção num estado de conservação favorável dos valores naturais que ocorrem no território concelhio.

10. Carta de Valores Naturais

Uma caracterização de valores naturais adequada é fundamental para o cumprimento da conformidade com as áreas classificadas, porque é nesta caracterização que se vai basear o modelo de gestão a implementar localmente. O município deverá utilizar toda a informação disponível sobre o concelho, sendo que existe informação disponibilizada pelo ICNF, com elementos sobre a distribuição de habitats e espécies da fauna e da flora nas áreas classificadas.

Para além da informação cartográfica dos valores naturais que ocorrem em áreas classificadas, recomenda-se a incorporação de outra informação eventualmente existente sobre valores naturais presentes no remanescente do território concelhio, relevando os valores naturais de interesse comunitário.

No que diz respeito à cartografia, interessa expressar geograficamente as áreas onde ocorrem valores naturais, ferramenta essencial para a definição das disposições regulamentares que contribuam para a manutenção do estado de conservação favorável das espécies e dos habitats naturais. A cartografia dos valores naturais disponibilizada no PSRN2000 constitui a cartografia de referência que serve de base ao trabalho de aferição para a escala de elaboração do PDM.



A.2. Âmbito Florestal:

1. Matas Nacionais e Perímetros Florestais

Segundo a cartografia oficial com a delimitação das áreas de terrenos submetidos a Regime Florestal em Portugal Continental, elaborada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., no concelho da Covilhã existem as seguintes Matas Nacionais e Perímetros Florestais:

- Mata Nacional da Covilhã;
- Perímetro Florestal da Senhora das Necessidades;
- Perímetro Florestal da Serra da Estrela – Núcleo de Cortes do Meio;
- Perímetro Florestal da Serra da Estrela – Núcleo de Erada;
- Perímetro Florestal da Serra da Estrela – Núcleo de Teixoso;
- Perímetro Florestal da Serra da Estrela – Núcleo de Tortosendo;
- Perímetro Florestal da serra da Estrela - Núcleo de Verdelhos
- Perímetro Florestal da Serra da Estrela – Núcleo de Unhais da Serra;
- Perímetro Florestal de Aldeia de Carvalho;
- Perímetro Florestal de Manteigas;
- Perímetro Florestal de São Pedro do Açor;
- Perímetro Florestal de Valhelhas;
- Perímetro Florestal do Carvalhal;
- Perímetro Florestal do Sarzedo.

2. Definições

Como garantia de uniformização de critérios para o âmbito florestal devem ser adotadas as definições constantes: a) do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua redação atual (Regime Jurídico da Conservação, Fomento e Exploração dos Recursos Cinegéticos); b) do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual (Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios); c) do Artigo 3.º da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro (Atividade da pesca e da aquicultura exercida em todas as águas interiores); d) do Artigo 3.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro (Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior).

3. Programas Regionais em Vigor

No concelho da Covilhã encontra-se em vigor o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, publicado pela Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro.

4. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior

Segundo o n.º 4 do Artigo 1.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, *“As normas do PROF do Centro Interior que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são*



obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal (PTM) e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal (PTIM)''.

No Artigo 8.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, constam as espécies protegidas e sistemas florestais objeto de medidas de proteção específicas.

No Artigo 11.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, constam os modelos gerais de silvicultura, gestão florestal e de organização territorial.

No Artigo 12.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, constam as normas gerais de intervenção florestal.

As Áreas Florestais Sensíveis constam dos Artigos 13.º, 14.º e 15.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, respetivamente Risco de Incêndio, Risco de Erosão e Áreas Florestais Expostas a Pragas e Doenças.

Nos Artigos 16.º a 28.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, encontram-se as sub-regiões homogéneas e as correspondentes funções gerais dos espaços florestais, as normas de silvicultura a aplicar e as espécies florestais a privilegiar.

Nos Artigos 29.º e 30.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, constam as explorações sujeitas a PGF e as explorações não sujeitas a PGF, respetivamente.

No Artigo 38.º da Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, constam os limites máximos de área a ocupar por eucalipto.

No Plano Diretor Municipal devem ser integrados os seguintes aspetos: os objetivos estratégicos; as espécies protegidas e sistemas florestais objeto de medidas de proteção específicas; os modelos gerais de silvicultura, gestão florestal e de organização territorial; as normas gerais de intervenção florestal; as Áreas Florestais Sensíveis; as sub-regiões homogéneas e as correspondentes funções gerais dos espaços florestais, as normas de silvicultura a aplicar e as espécies florestais a privilegiar; as explorações sujeitas a PGF e as explorações não sujeitas a PGF; os limites máximos de área a ocupar por eucalipto.

A informação referente a este Programa Regional de Ordenamento Florestal pode ser descarregada do sítio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/prof-em-vigor>.

5. Estrutura Ecológica Municipal

Os corredores ecológicos delimitados no âmbito do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior devem ser integrados na Estrutura Ecológica Municipal constante da Planta de Condicionantes.

Elementos que devem constar no PDM	Legislação	Observações
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior	Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro	Artigo 9.º: 3 – Os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos planos



		territoriais municipais (PTM) e dos planos territoriais intermunicipais (PTIM). 4 – Estes corredores devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios, sendo estas de caráter prioritário.
--	--	--

A cartografia com os corredores ecológicos delimitados no âmbito do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior encontra-se disponível em <http://geocatalogo.icnf.pt/>.

6. Áreas Edificadas Consolidadas

As “Áreas Edificadas Consolidadas” identificam as áreas sobre as quais não recaem as interdições estabelecidas pelo Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro.

Elementos que devem constar no PDM	Legislação	Observações
<p>«Áreas Edificadas Consolidadas» – definidas de acordo com a alínea b) do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, republicado através do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, como “as áreas de concentração de edificações, classificadas nos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território como solo urbano ou como aglomerado rural”.</p> <p>Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto:</p> <p>N.º 2 do Artigo 7.º:</p> <p>“O solo urbano compreende:</p> <p>a) O solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano intermunicipal ou municipal à urbanização e à edificação;</p> <p>b) Os solos urbanos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.</p> <p>Alínea d) do n.º 2 do Artigo 23.º:</p> <p>“Aglomerados rurais, correspondendo a áreas edificadas, com utilização predominantemente habitacional e de apoio a atividades localizadas em solo rústico, dispondo de infraestruturas e de serviços de proximidade, mas para os quais não se adequa a classificação de solo urbano, seja pelos direitos e deveres daqui decorrentes, seja pela sua fundamentação na estratégia do plano territorial de âmbito intermunicipal ou municipal, devendo ser delimitados no plano diretor municipal ou intermunicipal e regulamentados com um regime de uso do solo que garanta a sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural e a sua</p>	Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	As «Áreas Edificadas Consolidadas» identificam as áreas sobre as quais não recaem as interdições referidas no Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro.



infraestruturação com recurso a soluções apropriadas às suas características”.		
--	--	--

7. Arvoredo de Interesse Público

Segundo o Registo Nacional de Arvoredo de Interesse Público disponível do sítio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/aip/arvores-mon-pt-online>), existe arvoredo de interesse público classificado ou em vias de classificação no concelho da Covilhã, nomeadamente um exemplar de *Taxus baccata* L. localizado na União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo Vila de Teixoso - Quinta de S. João, que deverá ser identificado na Planta de Condicionantes.

8. Espécies Protegidas – Azinheira e Sobreiro

O Regime Jurídico de Proteção à Azinheira e ao Sobreiro estabelece que o corte ou o arranque de azinheiras e sobreiros, em povoamento ou isolados, carece de autorização, introduz o recurso a medidas compensatórias no caso de cortes autorizados e de reposição no caso de cortes ilegais, de forma a garantir que a área daquelas espécies não seja afetada, e inibe por 25 anos a afetação do solo a outros fins, nos casos em que os povoamentos sejam destruídos ou fortemente depreciados por intervenção ilegal.

Segundo o Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho “*As disposições contidas no presente diploma prevalecem sobre os regulamentos ou quaisquer normas constantes de instrumentos de gestão territorial*”.

Na Planta de Condicionantes deve constar, se possível, a cartografia dos povoamentos de azinheira, sobreiro ou mistos definidos de acordo com os critérios da alínea q) do Artigo 1.º e do Artigo 1.º-A do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

9. Espécies Protegidas – Azevinho

O Regime Jurídico de Proteção ao Azevinho Espontâneo tem como objetivo acautelar a manutenção dos exemplares espontâneos de azevinho encontrados em Portugal Continental, quer em Áreas Classificadas, quer em outras zonas.

Segundo o n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 423/89, de 04 de dezembro, “*É proibido, em todo o território do continente, o arranque, o corte total ou parcial, o transporte e a venda do azevinho espontâneo Ilex aquifolium L., também conhecido por pica-folha, visqueiro ou zebro*”.

Segundo o n.º 2 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 423/89, de 04 de dezembro, “*Excetua-se da proibição prevista no número anterior, mediante licenciamento, o corte, arranque, esmagamento ou inutilização do azevinho espontâneo indispensável à realização de obras públicas ou privadas de interesse geral*”.

Na Planta de Condicionantes deve constar, se possível, a cartografia dos indivíduos ou manchas existentes.



10. Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios nos últimos 10 anos

Segundo o n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2007, de 12 de março, *“Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos, urbanizáveis ou industriais, ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos, as seguintes ações:*

- a) A realização de obras de construção de quaisquer edificações;*
- b) O estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam ter um impacte ambiental negativo;*
- c) A substituição de espécies florestais por outras técnica e ecologicamente desadequadas;*
- d) O lançamento de águas residuais industriais ou de uso doméstico ou quaisquer outros efluentes líquidos poluentes;*
- e) O campismo fora de locais destinados a esse fim”.*

Segundo o n.º 2 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2007, de 12 de março, *“Para além das ações previstas no número anterior, e durante o mesmo prazo, nos terrenos não abrangidos por planos municipais de ordenamento do território ficam igualmente proibidas as seguintes ações:*

- a) A realização de operações de loteamento;*
- b) A realização de obras de urbanização;*
- c) A realização de obras de reconstrução ou de ampliação das edificações existentes”.*

Segundo o n.º 3 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2007, de 12 de março, *“Nos terrenos referidos no n.º 1, durante o prazo de 10 anos a contar da data de ocorrência do incêndio, não poderão ser revistas ou alteradas as disposições dos planos municipais de ordenamento do território ou elaborar-se novos instrumentos de planeamento territorial, por forma a permitir-se a sua ocupação urbanística”.*

Segundo o n.º 1 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2007, de 12 de março, *“Os planos municipais de ordenamento do território devem obrigatoriamente identificar as áreas de povoamentos florestais, classificando as respetivas manchas de acordo com os critérios previstos nos Artigos 5.º, 7.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, e no respetivo plano regional de ordenamento florestal”.*

Segundo o n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2007, de 12 de março, *“Os instrumentos de gestão territorial referidos no número anterior devem estabelecer medidas de prevenção contra incêndios em áreas florestais, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, e no respetivo plano regional de ordenamento florestal”.*

Devem ser identificadas temporalmente e geograficamente as áreas florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos.



Como esta condicionante não é estática, deve a informação ser atualizada anualmente e constar de uma carta anexa à Planta de Condicionantes.

A cartografia nacional de áreas ardidas encontra-se disponível no sítio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/inc/mapas> ou em <http://geocatalogo.icnf.pt/>.

11. Cartografia de Perigosidade

Devem ser identificadas geograficamente as áreas de perigosidade de incêndio rural definidas em Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) conforme estipulado no n.º 1 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, *“A classificação e qualificação do solo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares devem considerar a cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI a integrar, obrigatoriamente, na planta de condicionantes dos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território”*.

Segundo o n.º 2 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, *“Fora das áreas edificadas consolidadas, não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade, sem prejuízo do disposto no número seguinte”*.

Segundo o n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, *“No âmbito dos planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território, podem ser previstas novas áreas para as finalidades identificadas nos n.ºs 10 e 13 do artigo anterior, bem como a ampliação de áreas já existentes com esses fins”*.

Segundo o n.º 4 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, *“A construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, cumulativamente, os seguintes condicionalismos:*

- a) Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, ou a dimensão definida no PMDFCI respetivo, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo ao presente decreto-lei;*
- b) Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;*
- c) Existência de parecer favorável da CMDF”*.

Segundo o n.º 12 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, *“Os regulamentos municipais devem definir as regras decorrentes das medidas de defesa estabelecidas nos PMDFCI para as áreas edificadas consolidadas”*.



Esta condicionante deve constar de uma carta anexa à Planta de Condicionantes e ser atualizada de acordo com a dinâmica do PMDFCI.

12. Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Segundo o n.º 1 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redação atual, *“As redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturação dos espaços rurais decorrente da estratégia do planeamento de defesa da floresta contra incêndios”*.

Segundo o n.º 2 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redação atual, *“As RDFCI integram as seguintes componentes:*

- a) Redes de faixas de gestão de combustível;*
- b) Mosaico de parcelas de gestão de combustível;*
- c) Rede viária florestal;*
- d) Rede de pontos de água;*
- e) Rede de vigilância e deteção de incêndios;*
- f) Rede de infraestruturas de apoio ao combate”*.

Segundo o n.º 5 do Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redação atual, *“A cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios constituída pela rede primária de faixas de gestão de combustível, rede viária florestal fundamental, rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia (RNPV), assim como a carta de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos PMDFCI, devem ser incorporadas e regulamentada nos respetivos planos municipais de ordenamento do território”*.

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, a Rede Viária Florestal Fundamental, a Rede de Pontos de Água e a Rede Nacional de Postos de Vigia, constantes do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, devem ser incorporadas na Planta de Condicionantes.

13. Fase de Regulamento

Na fase de regulamento deverá ser tida em consideração a adequação da seguinte legislação florestal:

Diploma	Objetivo
Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, republicado através do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho	Proteção do sobreiro e da azinheira
Decreto-Lei n.º 423/89, de 04 de dezembro	Proteção do azevinho espontâneo



Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro	Planos de Gestão Florestal
Decreto-lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro	Regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal
Lei n.º 53/2012, de 05 de setembro Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho	Arvoredo de interesse público
Decreto-Lei n.º 173/88, de 17 de maio	Corte prematuro de pinheiro-bravo e eucalipto
Decreto-Lei n.º 794/76, de 05 de novembro	Derrube de árvores em maciço para efeitos de gestão urbanística
Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril	Proteção ao relevo natural e revestimento vegetal (Não é aplicável nas ações abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho)
Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto	Avaliação de Impacte Ambiental
Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, alterado pelos Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de novembro, e Decreto-Lei n.º 2/2011, de 06 de janeiro	Ordenamento cinegético
Lei n.º 2097, de 06 de junho de 1959	Ordenamento piscícola
Despacho n.º 5802/2014, de 02 de maio	Equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural
Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, alterado pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto	Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização
Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro

Fátima Araújo Reis

25 AGO 2021 04:30:5

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Covilhã

Praça do Município,

6200-151 COVILHÃ

Sua referência:
PCGT - ID 164 - PDM - COVILHÃ

Processo:

Nossa referência:
DSEF-RG/21

Assunto: PCGT - ID 164 - PDM - COVILHÃ-Revisão – Identificação de interesses setoriais a salvaguardar.

Na sequência da nomeação de representantes desta Direção-Geral na Comissão Consultiva de acompanhamento do processo de revisão do PDM de Covilhã, e tendo em vista a identificação dos interesses setoriais a salvaguardar na área abrangida pelo plano, bem como os programas e políticas setoriais a prosseguir e os projetos da administração pública com incidência na área territorial do plano (n.º 4 do artigo 5.º e n.º 2 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro), informa-se o seguinte:

Na área dos recursos energéticos, as bases da organização do Sistema Elétrico Nacional (SEN) estão definidas pelo Decreto-Lei nº 182/95 de 27 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 198/2000, de 24 de agosto. O Decreto-Lei nº 172/2006, de 23 de agosto, desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SEN, aprovados pelo Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de fevereiro. Existe ainda um conjunto alargado de diplomas legislativos que regulamentam a atividade energética nacional.

Na área dos recursos geológicos, a Lei nº 54/2015, de 22 de junho estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes em território nacional, encontrando-se a atividade extrativa regulamentada por legislação específica no âmbito da gestão do território e da preservação e valorização dos diversos usos do solo. No Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, encontra-se prevista a possibilidade do seu exercício em diversas classes de espaço, nomeadamente rústico, sendo objetivo do diploma, entre outros, a “preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento de exploração de recursos geológicos” (alínea d) do

Artigo 37º da Lei nº 31/2014, de 30 de maio), pelo que esta Direção-Geral procurará salvaguardar essa compatibilidade.

Também o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro) e o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro) estabelecem a compatibilidade da atividade extrativa com estas classes de espaço.

Assim importa referir que, segundo o sistema de informação geográfica da DGEG (DGE SIG), no concelho de Covilhã estão identificados, à data, os recursos energéticos e geológicos listados em seguida e que constam na Fig. 1:

- **Recursos Energéticos:**

- 25 Centrais Eólicas (aerogerador).

(À data e de acordo com a legislação existente, não representam qualquer condicionamento ao território)

- 4 Centrais Hídricas :

- Central “Covão da Nave (ou Covão do Ferro)”
- Central “Cantinho”,
- Central “Alforfa” e
- Central “Estrela”.

- 10 Centrais Solares.

Existe ainda outras situações associadas a linhas elétricas, para além da informação que se encontra disponível através de Serviços Web, deverão ser consultadas as entidades concessionárias responsáveis pelo transporte e distribuição de energia.

- **Recursos Geológicos:**

- 3 Concessões Mineiras abrangidas pelos respectivos contratos (depósitos minerais):

- MNC000018 – “Panasqueira”
- MNC000098 – “Cabeço da Argemela”
- MNC000155 – “Tapada dos Mortuórios”

- 1 Pedidos de Concessão Mineira (Depósitos minerais):

- MNPC01011 – “Argemela”

- 4/6 Pedidos de Prospeção e Pesquisa (Depósitos minerais):

- MNPPP0421 – “Sabugal”

-
- Mapa geológico detalhado da região de São João del-Rei, Minas Gerais, apresentando a malha urbana, áreas de proteção ambiental, áreas de exploração mineral e áreas de concessão mineral. O mapa inclui uma escala gráfica de 0 a 12 km e uma escala numérica de 1:52.493. A legenda indica:
- Correlação resultante da consulta
 - Concessão mineral
 - Área de proteção ambiental
 - Área de exploração mineral
 - Área de concessão mineral
 - Área de proteção ambiental
 - Área de exploração mineral
 - Área de concessão mineral

Área Sul – Algarve:
Rua Prof. António Pinheiro e
Rosa, 1
8005 - 546 Faro
Telef.: 289 896 600

Atendendo a que a informação relativamente aos recursos energéticos e aos recursos geológicos que consta no DGE SIG é uma informação dinâmica e em permanente atualização, aconselha-se a que quando for realizada a alteração/revisão do PDM, a informação fornecida neste ofício seja confirmada/atualizada por parte da entidade responsável, através de consulta ao SIG desta Direção Geral, que poderá ser visualizada e/ou descarregada usando o mesmo *software* utilizado para visualização/manipulação de Shape files (*.shp).

Os dados estatísticos encontram-se em "Estatística".

Para informações referentes a servidões relacionadas com a rede elétrica (para além da informação que se encontra disponível através de serviços web), oleodutos e gasodutos deverão ser consultadas as entidades concessionárias responsáveis pelo transporte e distribuição de energia.

Nas situações referentes a explorações de massas minerais (pedreiras) deverá também ser efetuada uma consulta específica aos serviços do município, uma vez que a informação referente a este tipo de explorações não se encontra totalmente vertida no nosso *site*, podendo eventualmente existir explorações licenciadas pela edilidade.

Quanto a informações atualizadas sobre eventuais áreas de valor geológico e/ou geomorfológico (incluindo as áreas potenciais) na área do concelho em estudo, deverá ser consultado o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).

Quanto a informações atualizadas sobre eventuais áreas de "recuperação ambiental" no concelho em causa, deverá ser consultada a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM).

Com os melhores cumprimentos

Patrícia Falé



Diretora de Serviços

PARECER TÉCNICO

- REVISÃO DO PDM DA COVILHÃ -

IDENTIFICAÇÃO DE INTERESSES SECTORIAIS A CONSIDERAR

No âmbito das competências da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, no que diz respeito ao processo de revisão de qualquer Plano Diretor Municipal (PDM), é preocupação única desta entidade que fiquem contemplados nas peças escritas e nas peças desenhadas que integram o PDM todos os elementos relacionados com servidões radioelétricas já constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro, cuja gestão seja da responsabilidade da ANACOM e que imponham condicionantes no território do município.

No caso do município da Covilhã, após análise ao território que ele abrange, constatou-se que não existe, na presente data, qualquer servidão radioelétrica constituída no âmbito daquela Legislação que imponha condicionantes sobre o seu território. Assim, não se identificam de momento quaisquer interesses sectoriais a considerar na revisão deste PDM.

15 de janeiro de 2021


Carlos Marques
DIREÇÃO GERAL DE REGULAÇÃO

CERTIDÃO

----- LUÍS MIGUEL BRITO JESUS, Assistente Técnico do Município de Pampilhosa da Serra: --
----- CERTIFICA, para os devidos e legais efeitos, que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 11 de abril de 2022, consta o seguinte: -----

6.1.1 – Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã - PCGT – ID 164 - pedido de pronuncia nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Portaria nº277/2015, de 10 de setembro

----- Foi presente uma informação do Departamento de Obras e Urbanismo do seguinte teor: --
----- Tendo em consideração o assunto em epígrafe, através de mail enviado em 04/03/2022 e registado sob o nº3792 em 07/03/2022, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro veio informar que tinham sido disponibilizados na PCGT pela ERPT e por esta CCDDR os elementos iniciais previstos no n.º 1 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, bem como os estudos previstos no n.º 3 do mesmo artigo. -----
----- Mais referiu que o Município, enquanto entidade da comissão consultiva deveria disponibilizar na citada plataforma o parecer sobre os elementos em apreciação, no prazo de 20 dias úteis, conforme previsto no n.º 4 do mesmo artigo da portaria acima referenciada. -----
----- Após análise dos elementos disponibilizados, verifica-se que os mesmos não colidem com os interesses estratégicos do Município de Pampilhosa da Serra, nomeadamente nas zonas fronteira com o concelho da Covilhã. -----
----- Em termos de infraestruturas, os interesses deste Município centram-se na garantia das ligações rodoviárias existentes e eventualmente na definição de um corredor regional entre Covilhã e Coimbra que passe pelo concelho de Pampilhosa da Serra, servindo deste modo também o concelho do Fundão e apresentando-se como um eixo estruturante para a região. ---
----- Contudo da análise aos documentos apresentados verifica-se que tal não se encontra identificado nem mencionado como via de estruturação da acessibilidade externa. -----
----- Não obstante o atrás referido, proponho que seja deliberado dar parecer favorável aos elementos iniciais apresentados e que a Câmara Municipal da Covilhã equacione a questão atrás referida em sede de desenvolvimento e fases subsequentes, se assim for o seu entendimento. -
----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável aos

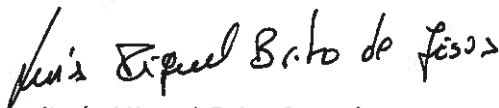
elementos iniciais apresentados e que a Câmara Municipal da Covilhã equacione a questão atrás referida em sede de desenvolvimento e fases subsequentes, se assim for o seu entendimento. -

----- Nos termos do disposto no nº3 e nº4 do art. 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta. -----

----- Por ser verdade, passo a presente certidão, que vou assinar, datar e autenticar com o selo branco em uso nesta Autarquia. -----

Pampilhosa da Serra, 12 de abril de 2022

O Assistente Técnico



(Luís Miguel Brito Jesus)



Exma. Senhor Presidente

Câmara Municipal da Covilhã

vitor.pereira@cm-covilha.pt

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Ofício nº

Doc cs 1462234

S-2021/41

ASSUNTO: Revisão do Plano Diretor Municipal de Covilhã. Identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área do plano, bem como dos programas e políticas setoriais a prosseguir (n.º 4, artigo 5.º e n.º 2 do artigo 12.º, Portaria 277/2015, de 10/09).

Relativamente ao assunto em epígrafe, transmite-se a V Exa. a análise aos elementos disponibilizados na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), no âmbito do Património Cultural.

No que respeita ao património cultural classificado e em vias de classificação, a informação disponível no site da DGPC [www.patrimoniocultural.gov.pt], em *Pesquisa Geral*, permite a atualização referente aos imóveis classificados e em vias de classificação nas peças do plano em revisão.

Do mesmo modo, as delimitações desses imóveis e das respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção, disponíveis em *Pesquisa Georreferenciada*, permitem aferição e atualização da Planta de Condicionantes.

Quanto ao património arqueológico, o PDM deverá incluir todos os sítios arqueológicos inventariados na base de dados Endovélico/Portal do Arqueólogo (DGPC).

No âmbito dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico, deverá proceder-se a uma efetiva caracterização e valoração dos elementos patrimoniais arqueológicos, através de trabalhos de levantamento e prospeção arqueológica que permitam a sistematização do conhecimento, por forma a corrigir/afinar a informação que consta da base de dados do DGPC, da Autarquia, das fontes bibliográficas, cartográficas e documentais.

Este trabalho deve ser realizado por um arqueólogo conforme determina a legislação aplicável, nomeadamente, o nº 4, do artigo 77º, da Lei 107/2001, de 8 de setembro, conjugado com o DL 164/2014, de 15 de julho que regulamenta os trabalhos arqueológicos.

O levantamento da situação de referência arqueológica deve conferir especial atenção aos sítios arqueológicos, aos conjuntos históricos urbanos e às áreas de grande concentração de vestígios arqueológicos, devendo ser claramente referenciadas as fontes e bibliografia usadas no âmbito do trabalho.

Os dados coligidos deverão ser objeto de valoração científica e patrimonial diferenciada, se necessário de carácter gradativo, com base em critérios previamente definidos.

Esta valoração suportará um zonamento com expressão cartográfica e medidas de salvaguarda a constar no Plano e Regulamento, respetivamente.

Os sítios arqueológicos classificados ou em vias de classificação deverão figurar na planta de condicionantes com delimitação da respetiva ZP ou ZEP e na planta de ordenamento.

Os sítios arqueológicos não classificados, nem em vias de classificação, deverão figurar na planta de ordenamento, devendo ser assinalados na Planta de Ordenamento com recurso a polígonos de delimitação.

À valoração atribuída a cada ocorrência arqueológica deverá corresponder, relativamente à sua salvaguarda, proteção e conservação, um conjunto de normas condicionantes incluídas no regulamento. As normas condicionantes incluídas no regulamento deverão ter um carácter gradativo, correspondente aos zonamentos definidos na cartografia.

O regulamento deverá sempre referir que, nos termos da lei, os achados arqueológicos fortuitos serão comunicados às entidades municipal e estatal responsáveis pelo património ou à autoridade policial.

Os elementos patrimoniais (arqueológicos, arquitetónicos e etnográficos) devem estar individualmente identificados e georreferenciados, incluindo as áreas de proteção que se justifiquem.

O levantamento patrimonial pode ter expressão em outras cartas temáticas, como por exemplo, a carta de património ou carta arqueológica.

Sobre este assunto, aproveito para manifestar, desde já, a nossa total disponibilidade para o apoio técnico e científico que considerar oportuno.

Fazendo votos de um excelente Novo Ano, extensível a toda a equipa que preside, apresento os meus melhores cumprimentos,

A Diretora Regional de Cultura
Doutora Suzana Menezes